

CAROLINE SANTOS DE CISNE

**COMPETITIVIDADE SISTÊMICA:
CONHECIMENTO COMO FATOR DE PRODUÇÃO DE
CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Orientador: Prof. Neri dos Santos, Dr. Ing.

Co-orientador: Prof. Gregório Jean Varvakis Rados, Dr.

**Florianópolis
2015**

Cisne, Caroline Santos.

Competitividade sistêmica: Conhecimento como fator de produção de Capital Social para o Desenvolvimento Local / Caroline Santos de Cisne; orientador, Neri dos Santos; co-orientador, Gregório Jean Varvakis Rados – Florianópolis, SC, 2015.

69 f. : il. ; 14,81cm 21cm.

Bibliografia: f. 60-65

Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

1. Capital Social. 2. Competitividade Sistêmica. 3. Desenvolvimento Local Sustentável. 4. Conhecimento I. Santos, Neri; II. Rados, GregórioJean Varvakis. II. Título.

CAROLINE SANTOS DE CISNE

**COMPETITIVIDADE SISTÊMICA:
CONHECIMENTO COMO FATOR DE PRODUÇÃO DE
CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Prof. Roberto Carlos dos S. Pacheco, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Orientador:

Prof. Neri dos Santos, Dr. Ing.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Membros:

Profa. Ana Maria Franzoni, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. João Artur de Souza, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Márcio Matias, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Florianópolis, 14 agosto de 2015

AGRADECIMENTOS

“A gratidão é o único tesouro dos humildes”.
William Shakespeare

Inicialmente agradeço a Deus, pela dádiva da vida e a oportunidade de a cada dia poder batalhar por meus objetivos e sonhos.

Dedico este trabalho e essa jornada ao meu pai, Hédio Alonso de Cisne, falecido no ano de 2011, e que, portanto não acompanhou essa conquista. Com certeza, acredito, que de alguma forma ele está presente em minha vida e foi um grande impulsionador para finalizar essa etapa.

Agradeço todo o carinho, dedicação e paciência dos meus familiares durante a caminhada rumo ao título de mestre. Em especial agradeço meu marido, Mateus Dri Lima, e minha mãe, Terezinha Santos de Cisne, pessoas especiais e que sempre me incentivaram a continuar estudando, mesmo em meio a dificuldades não hesitaram em me apoiar.

Agradeço imensamente todo empenho e paciência do meu Mestre, Orientador, e posso ousar chamar de Amigo, Professor Ing. Dr. Neri dos Santos. Muito além de um orientador, sempre disposto a me ouvir e aconselhar nas escolhas mais assertivas e nos melhores caminhos a seguir.

Meus agradecimentos, respeito e consideração aos professores membros da banca examinadora.

Enfim, agradeço ao Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, colegas, colaboradores e professores, por todo o suporte proporcionado durante o mestrado.

*“Foi o tempo que dedicastes à tua rosa que a
fez tão importante”. (Antoine de Saint-
Exupéry)*

RESUMO

CISNE, Caroline Santos de. **Competitividade sistêmica**: conhecimento como fator de produção de capital social para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

O presente trabalho buscou executar uma análise sobre o município de Maringá no estado do Paraná, a partir da metodologia da competitividade sistêmica, de modo a evidenciar as vertentes e os elementos geradores do desenvolvimento local, tendo em vista o conhecimento como fator de produção de capital social. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema, que envolve os construtos de capital social, competitividade sistêmica, desenvolvimento local sustentável, conhecimento como fator de produção, inteligência territorial e empreendedorismo. Além do referencial teórico, a pesquisa apresenta a metodologia utilizada, sendo que o estudo possui natureza exploratória, procurando também, realizar certo nível de comparabilidade entre o capital social formado e o desenvolvimento local sustentável, combinando conceitos teóricos com um Estudo de Campo, que se caracteriza pelo aprofundamento de uma determinada realidade. Assim, o estudo visou a compreensão sobre como o conhecimento existente em um determinado território, sendo este o Município de Maringá, pode ser estruturado em capital social para alavancar o desenvolvimento local. Para identificar a formação do capital social no desenvolvimento local e para compreender como o capital social pode promover o desenvolvimento local o estudo focou nas iniciativas empreendedoras inovadoras intensivas em conhecimento encontradas em Maringá. De acordo com a análise realizada foi possível perceber que a região possui iniciativas que auxiliam na promoção da inovação e do desenvolvimento local, porém ainda necessita amadurecer na utilização dos conhecimentos existentes estruturados em capital social. Por fim apresentam-se sugestões para trabalhos futuros.

Palavras-chave: Capital Social. Competitividade Sistêmica. Desenvolvimento Local Sustentável. Conhecimento.

ABSTRACT

CISNE, Caroline Santos de. **Systemic competitiveness**: knowledge as social capital production factor for local development. Dissertation (Masters in Engineering and Knowledge Management) - Program of Graduate Engineering and Knowledge Management, Federal University of Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

This study aimed to perform an analysis of the city of Maringa in the state of Paraná, from the systemic competitiveness approach, in order to identify the areas and the generating elements of local development, with a view knowledge as capital production factor social. To that end, we conducted a literature review on the topic, which involves the constructs of social capital, systemic competitiveness, sustainable local development, knowledge as a production factor, territorial intelligence and entrepreneurship. In addition to the theoretical framework, the study presents the methodology used, and the study has an exploratory nature, also looking, make certain level of comparability between the formed capital and sustainable local development, combining theoretical concepts with a Field Study, which characterized by the deepening of a certain reality. Thus, the study aimed at understanding of how existing knowledge in a particular territory, which is the city of Maringa, can be structured capital to leverage local development. To identify the formation of social capital in local development and to understand how social capital can promote local development study focused on intensive innovative entrepreneurial initiatives in knowledge found in Maringa. According to the analysis it was revealed that the region has initiatives that assist in promoting innovation and local development, but still need to mature in the use of existing expertise in structured capital. Finally they present suggestions for future work.

Keywords: Social Capital. Systemic competitiveness. Sustainable Local Development. Knowledge.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Determinantes da competitividade sistêmica.....	26
Figura 02 - Modelo de competitividade sistêmica aliado ao território..	47
Figura 03 - Vertentes de análise do território	48
Figura 04 – Modelo de ativos de conhecimento.....	59
Figura 05 – Modelo conceitual de inteligência territorial	61
Figura 06 - Elementos do empreendedorismo que impulsionam a inovação	70
Figura 07 - Cenário da Inovação em Maringá.....	89
Figura 08 – Empreendedorismo inovador sob a ótica da competitividade sistêmica.....	95
Figura 09 – Agentes sociais presentes no território analisado.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Perspectivas sobre empreendedorismo.....	64
Tabela 02 – Resultado da análise sobre os artigos selecionados	76
Tabela 03 – Visualização do cenário do ensino superior no município de Maringá	85
Tabela 04 - Iniciativas de pesquisa e desenvolvimento do município de Maringá	87
Tabela 05 – Histórico das iniciativas de desenvolvimento do município.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Quantidade de matrícula x Área de atuação.....	86
Gráfico 02 – Segmentos de atuação em T.I em Maringá	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Vertentes do desenvolvimento	27
Quadro 02 – Abordagens do capital social.....	37
Quadro 03 – Definições de Capital	38
Quadro 04 – Níveis de análise da competitividade	43
Quadro 05 – Fatores determinantes da competitividade	44
Quadro 06 – Componentes do modelo de gestão para empresas	53
Quadro 07 – Conceitos de Inteligência Competitiva.....	56
Quadro 08 – Busca sistemática de literatura	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAIC - Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva
ACIM - Associação Comercial de Maringá
ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APLs – Arranjos Produtivos Locais
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIM - Centro de Inovação de Maringá
ERP - Enterprise Resource Planning
IBC - Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Inteligência Competitiva
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INTI - Rede Internacional de Inteligência Territorial
ITM - Instituto Tecnópole Maringá
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológico
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGEGC – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento
PR - Paraná
PTVParaná - Parque Tecnológico Virtual do Paraná
SCIP- Society of Competitive Intelligence Professionals
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TECNOPARQUE - Parque Tecnológico de Maringá
TECPAR - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento do Paraná
TI - Tecnologia da Informação
UEM - Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	28
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	29
1.2.1 Objetivo Geral	29
1.2.2 Objetivos Específicos.....	29
1.3 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA	29
1.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	31
1.5 ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	32
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	35
2.1 CAPITAL SOCIAL	35
2.2 COMPETITIVIDADE SISTÊMICA.....	41
2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.....	48
2.4 CONHECIMENTO COMO FATOR DE PRODUÇÃO.....	52
2.5 INTELIGÊNCIA TERRITORIAL	54
2.6 EMPREENDEDORISMO	62
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	73
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	73
3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	73
3.2.1 Pesquisa bibliográfica	74
3.2.2 Pesquisa documental.....	77
3.2.3 Entrevistas	77
3.3 MÉTODO DE PESQUISA	79
3.3.1 Estudo de Campo	79
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	83
4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	84
4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUJESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	99

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	102
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE A – Escopo para coleta de dados.....	111
APÊNDICE B – Relação das universidades e cursos superiores de Maringá (extrato dos dados recebidos do Sebrae/PR).....	113

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, uma questão que permeia o pensamento econômico na sociedade, caracterizada como sociedade do conhecimento, é o surgimento do conhecimento como um novo fator de produção, ao lado dos tradicionais, até então considerados, recursos naturais, trabalho e capital. De fato, é preciso refletir sobre a economia baseada no conhecimento, na qual o conhecimento é um fator de produção primordial para a integração e modificação social. Nesse sentido, o termo economia do conhecimento é abordado por Cavalcante, Gomes e Pereira (2001 apud LOPS, 2006, p. 139) como a "economia na qual a criação do conhecimento é o aspecto central das decisões e do crescimento econômico”.

Assim, o conhecimento como fator de produção já na década de 60 fora estudado por Druker (1969), o qual salientava a aplicação do conhecimento para estimular o desenvolvimento econômico. Desde então a sociedade do conhecimento tem evoluído para um patamar onde as pessoas, nas suas interações sociais, unem o fator de produção conhecimento com o capital social (RIBEIRO; FERNANDES; RIBEIRO, 2012), possuindo papel central na comunidade em que estão inseridas.

O capital social surge aqui em contribuição com os fatores econômicos, pois o desenvolvimento econômico não acontece de forma satisfatória se os indivíduos não compartilharem seus processos e suas capacidades, cooperando e se comprometendo com os objetivos comuns.

Desta forma, estudar como o desenvolvimento local pode ser estimulado pelo conhecimento como fator de produção de capital social pode ser uma tendência considerada oportuna para o momento atual da sociedade. Neste caso, este tema pode ser abordado por meio da competitividade sistêmica, que permite analisar o desenvolvimento econômico, considerando seus atores.

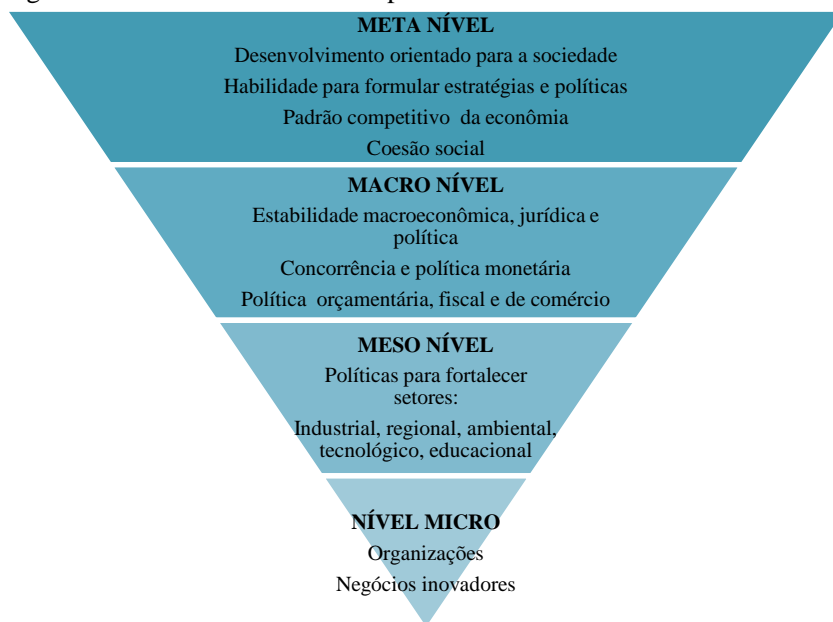
O conceito de competitividade sistêmica, que este trabalho propõe abordar, está relacionado às variantes que influenciam a habilidade competitiva das empresas, das regiões, dos estados e dos países. Essas variantes estão designadas em quatro níveis que são determinantes para a competitividade sistêmica:

O conceito distingue quatro níveis: o nível micro das redes de empresas e entre empresas; o nível meso de políticas e instituições específicas; o nível macro das condições econômicas genéricas e o

nível meta de variáveis lentas, como estruturas socioculturais, a ordem básica e orientação da economia, assim como a capacidade de atores sociais na formulação de estratégias (ALTENBURG; HILLEBRAND; MEYER-STAMER, 1998, p. 2, tradução nossa).

Dessa forma, apresenta-se na figura 01, os determinantes da competitividade sistêmica:

Figura 01 - Determinantes da competitividade sistêmica



Fonte: Adaptado de Altenburg, Hillebrand e Meyer-Stamer (1998, p. 2, tradução nossa).

Os quatro níveis possuem relação entre si na medida em que os determinantes da competitividade sistêmica perpassam as redes de empresas, políticas, condições econômicas gerais e estruturas sociais. Essa relação somente é possível por meio do conhecimento considerado como fator de produção para o capital social.

Neste sentido, é possível executar uma análise de um determinado território a partir do modelo de competitividade sistêmica do *German*

*Development Institute*¹, de modo a evidenciar as vertentes e os elementos geradores do desenvolvimento local.

Esta dissertação pretende analisar um território específico, sendo este o município de Maringá, no Estado do Paraná. Neste território serão analisadas as iniciativas empreendedoras inovadoras intensivas em conhecimento que contribuem para o desenvolvimento local e para a formação do capital social do município.

Para alcançar os resultados esperados nesta pesquisa, consideram-se as seguintes vertentes como instrumentos de análise essenciais para o desenvolvimento de um território, representados de forma simplificada no Quadro 01.

Quadro 01 - Vertentes do desenvolvimento

Território	Vertentes		
	• Mercado	• Mecanismos de Inovação	• Educação, ciência e tecnologia
	• Infraestruturua	• Governança e gestão do território	

Fonte: Da autora, elaborado com base nas leituras de Altenburg, Hillebrand e Meyer-Stamer (1998) e Meyer-Stramer (2008).

Dessa forma, este estudo visa apresentar o cenário em que se encontra a região analisada, de acordo com as vertentes de desenvolvimento demonstrados na tabela acima.

Diante disso, o estudo possui natureza exploratória, procurando também realizar certo nível de comparabilidade entre o capital social gerado e o desenvolvimento local sustentável, combinando conceitos teóricos com um Estudo de Caso.

¹ O Instituto Alemão de Desenvolvimento / *Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE)* / *German Development Institute (GDI)*, é um dos principais grupos de reflexão para o desenvolvimento global e cooperação internacional a nível mundial. O Instituto desenvolve conceitos relevantes para a política, aconselha ministérios, governos e organizações internacionais, e refere-se a questões políticas atuais.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Há um consenso que o conhecimento é fator relevante para o desenvolvimento local sustentável. De fato, há uma relação entre capital social e o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (SILVA, 2010). O IDH foi criado em 1990 pelo PENUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, como uma medida indicativa do desenvolvimento humano e que está relacionado à qualidade de vida.

Putnam (2000) fala sobre a função do capital social de auxiliar nas ações dos integrantes de um grupo que o possua, um grupo ou comunidade cívica, sendo que participar de uma comunidade cívica deve elevar a qualidade de vida, concluindo assim que o capital social contribui para o desenvolvimento de uma região.

Todavia, segundo Nair e Prakash (2009), poucos estudos têm sido realizados, considerando o conhecimento como fator de produção de capital social para o desenvolvimento local.

Dessa forma, salienta-se novamente a economia do conhecimento, onde o fator de produção não é mais a mão-de-obra, ou o capital, ou os recursos naturais, mas sim o conhecimento que impulsiona os agentes sociais na busca pelo saber, sendo importante destacar que o conhecimento adquirido deve ser compartilhado, pois assim cresce. Nessa mesma linha de pensamento, Bourdieu (apud BLISKA 2007, p. 49) afirma que “o volume do capital social de um agente específico é função da extensão da rede social e do volume do capital econômico e cultural que possuem as pessoas com as quais esse agente se relaciona ou, o capital social é um fator multiplicador das outras formas de capital”.

Neste sentido, é possível executar uma análise de um determinado território a partir do modelo de competitividade sistêmica do *German Development Institute* (ALTENBURG; HILLEBRAND; MEYER-STAMER, 1998), de modo a evidenciar o conhecimento e o capital social existentes, de acordo com as vertentes e os elementos que são geradores do desenvolvimento local.

Para o desenvolvimento deste estudo, a formação do capital social será avaliada a partir das iniciativas empreendedoras inovadoras intensivas em conhecimento, presentes no território analisado. Isso, pois, conforme pesquisa realizada por Ueno (2011, p. 25), a literatura aponta que “há uma interação positiva entre o empreendedorismo inovador e o crescimento econômico”, o que contribui para os resultados a que este estudo se propõe a alcançar.

Assim, o estudo busca responder a seguinte pergunta de pesquisa:
Quais os conhecimentos existentes em um determinado território que

podem ser incorporados em capital social para alavancar o desenvolvimento local?

Para responder a esta pergunta de pesquisa, o presente estudo procura relacionar os conceitos de capital social, empreendedorismo inovador e desenvolvimento local sustentável, tendo como “pano de fundo” a competitividade sistêmica, proposta pelo Instituto de Desenvolvimento Alemão.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o conhecimento existente em um determinado território de maneira a incorporá-lo como capital social para alavancar o desenvolvimento local.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Mapear o conhecimento existente no município de Maringá;
- b) Identificar, neste território, a partir do modelo de competitividade sistêmica, as vertentes e os elementos que são geradores do desenvolvimento local sustentável;
- c) Identificar a formação do capital social no desenvolvimento local, com foco nas iniciativas empreendedoras, intensivas em conhecimento;
- d) Identificar como o capital social pode promover o desenvolvimento local da região analisada, a partir das iniciativas empreendedoras intensivas em conhecimento.

1.3 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

Atualmente, vários estudos (SOUZA, 2010) têm evidenciado a formação profissional como estratégia para o desenvolvimento local.

A formação de um indivíduo, sua educação e propensão a aprender se confundem com a capacidade operacional. Daí porque muitos autores (DRUCKER, 1997b) falam em “economia pós-industrial”, “sociedade pós-capitalista”, da necessidade de reconfiguração do conceito de trabalho, de “trabalhador do conhecimento”, num contexto de mudanças e quebra de paradigmas.

Aquela profunda percepção de Towne, feita há quase um século – que o conhecimento é o recurso produtor de riquezas – começou a dar frutos nesses últimos trinta anos. Em toda parte, o indivíduo com treinamento profissional vai se tornando a verdadeira “força de trabalho” – em termos de custo e de quantidade, e evidentemente em termos de contribuição. O “trabalhador” de outrora, com o qual Owen foi o primeiro a se preocupar e cujo trabalho foi analisado por Taylor, está rapidamente se tornando uma coisa do passado na indústria moderna. O trabalho é cada vez mais realizado por pessoas com educação superior, que contribuem com seus conhecimentos e que trabalham com suas mentes (DRUKER, 1997a, p. 29-30).

O conhecimento, como fator de produção, vem sendo estudado desde a década de 60, quando Peter Druker definiu o termo “trabalhador do conhecimento”, que evidencia a aplicação do conhecimento para estimular o desenvolvimento econômico.

Sob o ponto de vista do conhecimento como fator de produção de capital social, objeto deste estudo, convém mencionar que o capital social é uma forma de capital não mercantil que, assim como o capital financeiro de valor monetário, também contribui para o desenvolvimento de um território. Sua contribuição se dá por meio da integração entre os agentes da sociedade civil, atuando em rede de forma a compartilhar seus conhecimentos.

Neste caso, Bandeira (1999, p. 12) diz que:

Segundo estudos recentes, o capital social – que é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas – constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento.

Dessa forma, estudar a formação do capital social no desenvolvimento local está relacionado com a atuação dos atores sociais nas ações de promoção do desenvolvimento.

Assim sendo, esta pesquisa se justifica pela importância de se aliar a perspectiva do modelo de competitividade sistêmica para identificar a relação entre o conhecimento como fator de produção de capital social e

o desenvolvimento local de um determinado território, o que se constitui em algo novo nas pesquisas realizadas ultimamente em relação ao capital social.

1.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Atualmente, pesquisas vêm sendo desenvolvidas com enfoques diversos, no que tange aos temas sobre capital social e desenvolvimento local sustentável. Citando alguns exemplos, três instituições que contribuem com publicações sobre o tema são o BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social; a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento; e o Banco Mundial.

O BNDES, por exemplo, tem atuado em parceria com o Instituto Votorantim no Programa Redes para o Desenvolvimento Sustentável, estimulando o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Da mesma forma, pode-se citar o estudo da OCDE sobre “Quatro interpretações para o capital social”, publicado em 2013. Enfim, o Banco Mundial também tem desenvolvido estudos sobre o capital social, como por exemplo o trabalho publicado em 2013 sobre “*Social Capital, Product Imitation and Growth with Learning Externalities*”.²

No entanto, o presente estudo se pauta no modelo de competitividade sistêmica para analisar o conhecimento como fator de produção de capital social para o desenvolvimento local sustentável em um determinado território, mais especificamente o município de Maringá, no Estado do Paraná. Assim sendo, a abrangência do estudo é regional, atuando na região noroeste do Estado do Paraná, no município de Maringá.

Todavia, salienta-se como limitação desta pesquisa, que esta não irá acompanhar o andamento das atividades empreendedoras intensivas em conhecimento encontradas na região.

Neste caso, serão salientadas nela apenas as vertentes e os elementos que são geradores do desenvolvimento local sustentável.

Desta forma, tendo como foco o conhecimento, é necessário o aprofundamento das análises da identificação do território e como este se desenvolve, transformando este conhecimento existente em capital social.

² AGÉNOR, Pierre-Richard. *Social Capital, Product Imitation and Growth with Learning Externalities*. Policy Research Working Paper N. 6607. The World Bank Development Economics Operations and Strategy Unit, September 2013.

1.5 ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Este estudo considera a atual economia do conhecimento vivenciada pela sociedade do século XXI, onde as palavras colaboração, compartilhamento e integração são cada vez mais pronunciadas com enfoque na produção de conhecimento e no desenvolvimento sustentável das nações.

Ainda nesta temática, outro elemento que também faz parte da economia do conhecimento se faz presente: o capital social. Este se caracteriza pela construção de uma rede durável de relações, sendo que quanto mais for identificado o capital social melhor será o aproveitamento dos recursos econômicos e das habilidades humanas (BOURDIEU, 1980 apud AQUINO, 2000).

Um dos desafios da sociedade na economia do conhecimento se concentra em perceber o conhecimento como fator de produção de capital social para alavancar o seu desenvolvimento e essa perspectiva direciona a possibilidade de estudos nesta área.

Deste modo, esta dissertação está aderente ao PPGEHC - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, sob o ponto de vista dos seguintes itens:

- Conhecimento como fator de produção de capital social;
- Suas implicações no desenvolvimento local; e
- Perspectiva da competitividade sistêmica para abordar estes temas.

Dessa forma, uma vez que a presente pesquisa se propõe a estudar o conhecimento como fator de produção de capital social para alavancar o desenvolvimento local em uma determinada região, ela está em total conformidade com a linha de pesquisa “Gestão do conhecimento, empreendedorismo e inovação tecnológica” do PPGEHC, que tem como objetivo “estudar o comportamento individual frente ao fenômeno de geração de conhecimento da sociedade da informação e sua utilização inovadora na busca do desenvolvimento pessoal do bem estar social e da geração de renda³”.

Sendo assim, ressaltam-se ainda as teses e dissertações desenvolvidas pelos alunos do PPGEHC, que possuem aspectos em comum com o tema deste trabalho, como por exemplo a dissertação de mestrado defendida pela doutora Deborah Bernett Silva, no ano de 2010,

³ Disponível em: EGC - <http://egc.ufsc.br/index.php/pt/pesquisas/linhas-de-pesquisa>

a qual abordou a formação do capital social em organizações intensivas em conhecimento. Cabe destacar ainda a dissertação de mestrado do aluno Alexandre T. Ueno, que abordou o empreendedorismo inovador, tendo sua defesa realizada no ano de 2011, assim como o Dr. José Eduardo A. Fiates, que também abordou o tema empreendedorismo inovador, com sua tese defendida em 2014.

Todas as pesquisas citadas foram de grande valia para esta dissertação, uma vez que os temas abordados se aproximam dos temas pesquisados neste trabalho e também pelo fato de os trabalhos consultados serem de colegas do PPGECC, o que contribui para a credibilidade do tema apresentado.

Portanto, buscou-se para esta dissertação o caráter interdisciplinar, conciliando diferentes construtos pertinentes aos estudos realizados no PPGECC, sendo que além dos aspectos teóricos já mencionados, foram abordados também os temas “empreendedorismo” e “inteligência territorial”, áreas correlatas que contribuíram para o alcance dos resultados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta pesquisa de dissertação de mestrado aborda seis temas de estudo: 1) capital social; 2) competitividade sistêmica; 3) desenvolvimento local sustentável; 4) conhecimento como fator de produção; 5) inteligência territorial e 6) empreendedorismo inovador.

2.1 CAPITAL SOCIAL

O termo “capital social” surgiu primeiramente em 1916, com a estudiosa Lyda Judson Hanifan, que definiu o termo como o conjunto dos elementos “intangíveis” que mais contam na vida quotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família (SILVA, 2010).

De acordo com a área de conhecimento, com o campo de pesquisa dos autores, o conceito de capital social pode variar, podem-se encontrar conceitos voltados para as áreas da sociologia, ciência política ou economia, por exemplo.

Alguns autores compartilham a ideia de que o termo “capital” não se apropria às abordagens relacionadas ao social, porém a atual literatura concorda que o capital social diz respeito às questões de desenvolvimento social integrado ao crescimento econômico, sendo um consenso sobre dois grandes grupos de capital social: os tangíveis e os intangíveis; o primeiro diz respeito ao capital financeiro e físico, e o segundo ao capital humano e social (MELIN, 2007).

Neste sentido, Pierre Bourdieu parte do princípio que:

o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem (BOURDIEU, 1980 apud SOUSA, 2006, p. 8).

Uma outra visão sobre o termo pode ser observada nos textos do autor Putnam (1995), que acredita na dimensão política sendo maior do que a dimensão econômica, quando se aborda o termo capital social. Putnam disserta sobre as tradições cívicas, sendo estas a revelarem o desenvolvimento econômico de um território.

Por outro lado, por meio da teoria da escolha racional, Coleman (1988) salienta que as trocas, os intercâmbios sociais, são o que somam as interações dos indivíduos.

Os autores Coleman e Bourdieu são reconhecidos pensadores da teoria social e formularam seus constructos sobre o termo capital social. Estes autores podem ser considerados os mais respeitados nesta área do conhecimento. Desta forma faz-se necessário explorar um pouco mais sobre a forma como estes autores desenvolveram suas teorias sobre capital social.

De acordo com Aquino (2000), as teorias de capital social de Coleman e Bourdieu são muito semelhantes, mas possuem distintos significados.

James Coleman desenvolveu, em seu conceito de capital social, a ideia de que indivíduos precisam estar envolvidos em um conjunto de relações sociais que o ajudam a atingir os seus objetivos, pois o capital social se localiza na relação entre os indivíduos (AQUINO, 2000).

A questão das “relações de confiança, ou seja, o capital social gerado como subproduto da ação organizada” (AQUINO, 2000, p. 24), é algo presente também no conceito de Coleman que retrata as ações de confiança entre os indivíduos.

Em contrapartida, Bourdieu (1980) aborda o termo capital social de forma a destacar o capital econômico e o capital intelectual, isto é, os recursos econômicos e as habilidades humanas.

Bourdieu define capital social como sendo:

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (...) O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 1980 p. 67 apud AQUINO, 2000, p. 25).

Nas teorias de Coleman e Bourdieu, o primeiro autor defende que as relações sociais compostas por um conjunto de indivíduos compõem o capital social; já para o segundo autor, o capital social provém da rede de relações de um indivíduo. Porém, segundo Aquino (2000), Bourdieu também defende que o capital social pode ser praticado coletivamente, e ainda, para os dois autores, o capital social desaparece se não for utilizado.

Sendo assim, pode-se retratar as principais abordagens, citadas em uma publicação da OCDE, conforme o quadro 02 a seguir:

Quadro 02 – Abordagens do capital social

Pierre Bourdieu	James Coleman	Robert Putnam
A abordagem de Bourdieu para o capital social concentra-se em redes e, especificamente, sobre o pagamento da adesão da rede em termos de acesso a recursos e oportunidades. Sua abordagem influenciou uma série de pesquisas sobre as ligações entre as redes de nível micro e resultados individuais positivos, particularmente no contexto de avanço profissional e a situação do mercado de trabalho.	Coleman olhou para os dois micro-níveis e redes mesoeconômicas, examinando tanto o papel das interações dentro das famílias sobre os resultados individuais, tais como nível de escolaridade, quanto o papel de relações comunitárias, normas e sanções sobre os resultados do grupo. Coleman, portanto, reconhecia o bem público e os bons aspectos privados do capital social.	Putnam foca no capital social como algo que opera nos níveis macro e meso níveis da sociedade. Sua concepção do capital social enfatizou o que é um bem público e definiu-o em termos de redes de engajamento cívico, confiança e normas de reciprocidade. Em anos mais recentes, Putnam adotou uma definição “enxuta” de capital social, ou seja, “as redes sociais e as normas associadas da reciprocidade”.

Fonte: Adaptado de Scrivens; Smith (2013, p. 17).

Por intermédio desses contextos é possível perceber que a sociedade é composta de atores, os quais são os agentes formuladores de uma comunidade onde organizações, pessoas e países se relacionam entre si em prol de um objetivo comum – coletivo – ou individual. Dessa forma, para os fins desta dissertação de mestrado buscou-se abordar o capital social relacionado ao desenvolvimento das nações e como contribuição para o desenvolvimento local sustentável.

Assim, grandes organismos econômicos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, vêm estudando o impacto do capital social no desenvolvimento próspero das sociedades. O Banco Mundial entende que o capital pode ser definido de quatro formas:

Quadro 03 – Definições de Capital

Capital natural	Capital físico	Capital humano	Capital social
Constituído pelos recursos naturais que podem ser aproveitados em cada espaço geográfico.	Construído pela sociedade, assim como a infraestrutura, as máquinas e os equipamentos.	Dado pelo nível de educação, saúde e acesso à informação da população.	Conceito novo nas análises e propostas de desenvolvimento. O capital social é composto por um conjunto de características da organização social como a confiança e os sistemas, que irão contribuir para o aumento da eficiência social para, assim, facilitar as ações coordenadas.

Fonte: Adaptado de Ribeiro, Fernandes e Ribeiro (2012, p. 19).

Ainda, de acordo com o Banco Mundial, em definição exposta no site da instituição, está definido que:

Capital social refere-se às instituições, relações e normas que moldam a qualidade e quantidade de interações sociais de uma sociedade. Evidências crescentes mostram que a coesão social é fundamental para que as sociedades prosperem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. O capital social não é apenas a soma das instituições que sustentam uma sociedade - é a cola que os une (BANCO MUNDIAL, 2011).

O Banco Mundial acrescenta ainda que o capital social é composto pelos conceitos de confiança, comunidade e rede, o que torna este recurso

(capital social) um desafio para a sociedade em termos de quantificação. Nesse sentido, o Banco Mundial apoia diversos projetos que possuem como missão auxiliar na medição do capital social a evolução e o impacto.

Seguindo essa mesma estratégia, a OCDE lançou em 2013 uma publicação intitulada “Quatro interpretações do capital social: uma agenda para a medição”, com o objetivo de rever o conceito e mensuração do capital social.

Nesta publicação a OCDE destaca que o conceito de capital social se refere ao valor produtivo de conexões sociais, onde produtivo não é considerado somente no sentido estrito da produção de bens e serviços do mercado, mas em termos de produção de uma ampla gama de resultados relacionados ao bem-estar (SCRIVENS; SMITH, 2013).

Ao tratar do capital social a OCDE reconhece que os autores James Coleman, Pierre Bourdieu e Robert Putnam são os grandes contribuintes dos conceitos de capital social que discutimos em sociedade atualmente.

Dessa forma, de acordo com a publicação da OCDE mencionada anteriormente, são apresentadas quatro diferentes abordagens para definir o capital social, entre aspectos individuais e coletivos. As quatro abordagens são mencionadas a seguir:

- 1) Relações pessoais: diz respeito às redes de pessoas e os comportamentos sociais que contribuem para o estabelecimento e manutenção dessas redes. [...] o foco aqui é sobre o nível e a natureza dos contatos sociais e não o que faz as pessoas saírem dessas relações.
- 2) Suporte de rede social: é o resultado direto da natureza das relações sociais pessoais das pessoas e refere-se aos recursos – emocional, material, práticas financeiras, intelectuais ou profissionais – que estão disponíveis para cada indivíduo através de suas redes sociais pessoais.
- 3) Engajamento cívico: compreende as atividades das quais as pessoas contribuem para a vida cívica e comunitária, tais como o voluntariado, participação política, participação em grupo e diferentes formas de ação comunitária.
- 4) Confiança e normas de cooperação: referem-se a confiança, normas sociais e valores compartilhados que sustentam o

funcionamento da sociedade e permitem a
cooperação mutuamente benéfica
(SCRIVENS; SMITH, 2013 p. 20).

Conforme propõe a OCDE, a definição de capital social perpassa essas quatro abordagens, abrangendo as relações das redes sociais pessoais, a vida cívica e as normas que garantem o funcionamento da vida em sociedade. Assim, o capital social está envolvido de forma bastante presente na rotina da sociedade.

Para que o capital social seja percebido em uma sociedade, pode-se entendê-lo como o empoderamento das populações. Essa abordagem pode ser visualizada a seguir:

O aumento de capital social, incluindo o incremento do empreendedorismo social, significa o aumento de empoderamento das populações, isto é, da sua possibilidade e capacidade de influir nas decisões públicas. Como capital social refere-se basicamente aos níveis de organização de uma sociedade, existe uma relação direta entre os graus de associativismo, confiança, cooperação social, nível de pleitos, civismo e participação (COSTA et al., 2008, p. 66).

Complementando essa abordagem, “o capital social funciona como indutor de relações de confiança entre estado e sociedade que assim o torna elemento crucial para estabelecimento de políticas públicas participativas e mais eficientes” (LIMA, 2005 apud COSTA et al., 2008, p. 69).

Nesse sentido, a importância de se obter uma relação de sucesso entre a competitividade sistêmica e o desenvolvimento local sustentável para uma sociedade contemporânea, a qual pode-se nominar como sociedade do conhecimento, é fundamental, não esquecendo que o capital social está diretamente relacionado às relações de confiança que agregam valor para o crescimento de um território ou nação.

Corroborando com essa afirmação, Ribeiro, Fernandes e Ribeiro destacam que “a literatura nacional e internacional que trabalha com capital social, mostra que para se ter um desenvolvimento totalmente justo e ambientalmente sustentável, as instituições e o sistema social são elementos fundamentais” (RIBEIRO; FERNANDES; RIBEIRO, 2012, p. 17).

Assim, conclui-se que os conceitos de capital social se complementam com a finalidade de ser determinante para o desenvolvimento, pois o capital social propicia:

- Maior facilidade de compartilhamento de informações e conhecimentos, bem como custos mais baixos devido às relações de confiança, espírito cooperativo, referências socioculturais e objetivos comuns;
- Melhor coordenação de ações e maior estabilidade organizacional, devido aos processos de tomada de decisão coletivos;
- Maior conhecimento mútuo, ampliando a previsibilidade sobre o comportamento dos agentes, reduzindo a possibilidade de comportamentos oportunistas e propiciando maior compromisso em relação ao grupo (LIN et al., 2001 apud SILVA, 2010, p. 33).

Portanto, utilizar os conceitos de capital social para corroborar com o desenvolvimento de um território ou nação já está sendo pensado por importantes organismos internacionais, como por exemplo o BNDES e a OCDE (já citados anteriormente), confirmando as teorias de grandes pensadores do passado.

2.2 COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

Inicialmente, abordando o termo competitividade, Siqueira (2009, p. 144) relata que competitividade se refere “aos ganhos de produtividade e qualidade decorrentes de uma interação de fatores, internos e externos a empresa, que tornam a produção econômica mais eficiente, tais como infraestrutura, educação, saúde, inovação e política macroeconômica”.

Dessa forma, engloba diversos fatores relacionados ao desenvolvimento econômico de um território, seja uma região, país, estado, município ou empresa.

De acordo com Porter (1990), o conceito de competitividade está ligado à capacidade da indústria de um país para inovar e se manter atualizada para garantir ganhos de produtividade e qualidade.

Conforme Motta, Pimenta e Tavares (2006), para compreender o conceito de competitividade de forma fácil é preciso levar em conta as diferentes possibilidades de análise disponíveis na literatura. Por isso,

ainda de acordo com esses autores, pode-se verificar os níveis de análise conforme o país, indústria, empreendimento e produto.

Dessa forma os indicadores desses níveis permitem um melhor entendimento do conceito de competitividade. Para tanto, o Quadro 04, demonstra como o conceito é aplicado em cada nível de análise. O quadro está estruturado em três estágios interdependentes: desempenho competitivo, potencial competitivo e processo gerencial:

O desempenho competitivo mede os resultados da operação em relação ao percentual de manufatura nos resultados totais nas vendas, na lucratividade, na balança comercial, etc. O potencial competitivo delinea as entradas na operação em termos de tecnologia, produtividade e acesso a recursos, vantagens comparativas e outros. Por sua vez, os indicadores de processo gerencial incorporam à análise políticas governamentais, estratégia, educação, treinamento e comprometimento com negócios internacionais (MOTTA; PIMENTA; TAVARES, 2006, p. 17).

Quadro 04 – Níveis de análise da competitividade

Nível de análise	Desempenho competitivo	Potencial competitivo	Processo gerencial
País	Participação de mercado em exportações; Porcentagem de manufatura no resultado total; Balança comercial; Lucratividade.	Vantagem competitiva; Competitividade de custo; Competitividade de preço; Indicadores de tecnologia; Acesso aos recursos.	Comprometimento com negócios internacionais; Políticas governamentais; Educação e treinamento.
Indústria	Participação de mercado em exportações; Balança comercial; Crescimento das exportações; Lucratividade.	Competitividade de custo e preço; Produtividade; Indicadores de tecnologia.	Comprometimento com negócios internacionais.
Empresa	Participação de mercado em exportações; Dependência de exportações; Crescimento das exportações; Lucratividade.	Competitividade de custo e preço; Produtividade; Indicadores de tecnologia.	Propriedade; Gerenciamento; Estratégia internacional; Proximidade com o consumidor; Economia de escala.
Produto	Participação de mercado em exportações; Crescimento das exportações; Lucratividade.	Competitividade de custo e preço; Competitividade de qualidade; Produtividade; Indicadores de tecnologia.	Produto campeão.

Fonte: Buckley, Pass e Prescott (1998 apud MOTTA; PIMENTA; TAVARES 2006, p. 18).

Os autores Coutinho e Ferraz (1994 apud SILVA; SANTOS; CÂNDIDO, 2011) destacam que para motivar a competitividade é necessário observar três fatores: sistêmicos, estruturais e empresariais. Dessa forma é possível visualizar, conforme mostra a Tabela 05, a quais aspectos se referem esses fatores, conforme segue:

Quadro 05 – Fatores determinantes da competitividade

Fatores Sistêmicos – relativos ao ambiente concorrencial	Fatores Estruturais – relativos ao mercado	Fatores Empresariais – relativos a empresa
Macroeconômicos – taxa de câmbio, carga tributária, taxa de crescimento do PIB, oferta de crédito e taxa de juros, política salarial e outros; Político institucional – política tributária, tarifária, tecnológica, poder de compra do governo; Legais e regulatórios – proteção à propriedade industrial, preservação ambiental, defesa da concorrência, proteção do consumidor, regulação do capital estrangeiro; Infraestrutura e condições sociais; Internacionais – tendência do comércio, fluxo de capital e acordos.	Mercado – tamanho e dinamismo, grau de sofisticação e acesso a mercados internacionais; Regime de incentivos e regulação da concorrência – aparato legal, política fiscal e financeira, política comercial e papel do Estado; Configuração da indústria – desempenho e capacitação, estrutura patrimonial e produtiva, articulações na cadeia.	Inovação Recursos Humanos Gestão Produção

Fonte: Coutinho e Ferraz (1994 apud SILVA; SANTOS; CÂNDIDO, 2011, p. 94-95).

Assim observa-se que:

Os fatores sistêmicos são aqueles que sofrem influências do ambiente, porém não possui condições de intervir nele. Os fatores estruturais são aqueles que a empresa tem capacidade limitada de intervenção, pela mediação do processo de concorrência, estando por isso parcialmente sob sua área de influência. Já os fatores empresariais são aqueles pelos quais as empresas detêm todo o poder de decisão e que podem ser controlados, são as variáveis de poder decisório, tendo quatro áreas

de competência (SILVA; SANTOS; CÂNDIDO, 2011, p. 95).

De acordo com exposto até o presente, o conceito de competitividade aborda uma série de fatores, mas observa-se que os termos desempenho, indústria e concorrência estão sempre presentes no que se refere ao desenvolvimento econômico de sucesso para gerar uma vantagem competitiva.

Partindo desta constatação sobre competitividade, esta pesquisa focou a sua abordagem na competitividade sistêmica.

Esser et al. (1994 apud SIQUEIRA, 2009) aborda o conceito de competitividade envolvendo quatro níveis, que afetam a capacidade competitiva dos países e das empresas, o que, sob o ponto de vista dos autores, é denominado competitividade sistêmica. Sobre os quatro níveis os autores destacam:

nível micro, que considera a capacidade das empresas de aumentar as receitas; nível meso, que trata da competitividade industrial e regional relacionada a infraestrutura e a capacidade de formar redes e de realizar melhorias nos sistemas de inovação; nível macro, relacionado aos fatores macroeconômicos nacionais que afetam a competitividade das empresas, como taxa de juros e câmbio, balança comercial e de pagamentos e dívida pública; e nível meta, relacionado a fatores culturais do país, como a capacidade que a sociedade tem de realizar consensos para conseguir alcançar os objetivos definidos conjuntamente (ESSER et al., 1994 apud SIQUEIRA 2009, p. 144).

Nessa mesma abordagem, o conceito de competitividade sistêmica, de acordo com pesquisadores do *German Development Institute* – Instituto de Desenvolvimento Alemão⁴, refere-se às nações, regiões, aos setores ou subsetores industriais ao invés de empresas individuais.

⁴ **GERMAN DEVELOPMENT INSTITUTE.** Building Systemic Competitiveness Concept and Case Studies from Mexico, Brazil, Paraguay, Korea and Thailand.

Este conceito de competitividade sistêmica reconhece os fatores macroeconômicos para o desenvolvimento econômico, sendo que ações de governo ou outros atores são necessárias em uma política econômica globalizada.

Os pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Alemão, Tilman Altenburg Wolfgang Hillebrand e Jörg Meyer-Stamer (1998), afirmam que o conceito de competitividade sistêmica procura captar tanto a política quanto os determinantes econômicos do desenvolvimento industrial bem-sucedido. O conceito distingue quatro níveis: o nível micro das redes de empresas e entre empresas; o mesoeconômico de políticas específicas e instituições; o nível macro das condições econômicas gerais; e o metanível de variáveis lentas como estruturas sócio-culturais, a ordem básica e orientação da economia e da capacidade de atores sociais para formular estratégias.

Entrando no detalhamento desses níveis, os ingredientes-chave do desenvolvimento industrial de sucesso são (ALTENBURG; HILLEBRAND; MEYER-STAMER, 1998, tradução nossa):

- No metanível: em primeiro lugar os valores culturais são compartilhados por uma grande parte da sociedade orientada para o desenvolvimento, em segundo lugar um consenso básico sobre a necessidade de desenvolvimento industrial e uma integração competitiva no mercado mundial, e em terceiro lugar a capacidade de atores sociais para formular conjuntamente visões e estratégias e implementação de políticas;

- No nível macro: um quadro macroeconômico estável e previsível. Isto deve incluir uma política cambial realista e uma política de comércio exterior em geral, que estimula a indústria local;

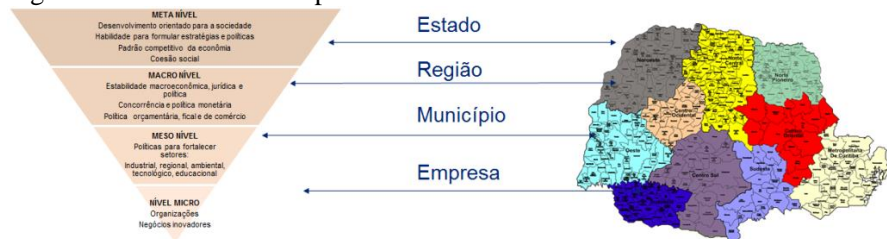
- No mesoeconômico: políticas e instituições para moldar indústrias e seu ambiente (institutos tecnológicos, centros de formação, financiamento à exportação, etc.) e criar uma vantagem competitiva específica. Além disso, é o mundo de iniciativas de competitividade industrial local e regional para fortalecer o ambiente das empresas. Muitas das instituições que atuam no mesoeconômico são normalmente entidades não governamentais, por exemplo associações empresariais ou entidades sem fins lucrativos;

- No nível micro: empresas capazes e melhoria contínua, bem como as redes de empresas com fortes externalidades.

Assim, sob o ponto de vista do território, é possível executar uma análise a partir de cada um desses níveis. Nesta dissertação será analisado o município como nível meso, pois o estudo é realizado em nível regional.

A título de exemplificação, a figura 02 representa a disposição dos níveis mencionados acima, cada um atendendo a um determinado território que pode ser considerado o Estado, a Região, o Município ou a Empresa.

Figura 02 - Modelo de competitividade sistêmica aliado ao território



Fonte: Da autora, a partir do conceito de competitividade sistêmica de Altenburg, Hillebrand e Meyer-Stamer (1998).

Os pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Alemão reforçam a questão da governança e da articulação entre os atores, em qualquer que seja o nível de desenvolvimento econômico de um território, região, estado, país ou empresa. Desenvolvimento industrial dinâmico requer uma ação deliberada pelo governo e atores sociais, a fim de estimular e apoiar as empresas no seu esforço para criar vantagens competitivas.

Conforme Meyer-Stamer (2008), o conceito de competitividade sistêmica enfatiza a importância dos fatores que determinam a evolução dos sistemas econômicos que não são sistematicamente abordadas por abordagens macro e microeconômicos convencionais. A distinção entre quatro níveis de análise: o micro, meso, macro e meta, assim como investigar as inter-relações entre eles não apenas fazem sentido no nível das economias nacionais, mas também é útil para a compreensão da evolução das economias locais e regionais.

Ainda, de acordo com Meyer-Stamer (2008), competitividade sistêmica é principalmente o resultado da ação humana, ou seja, a ação individual e coletiva, enfatizando, assim, a importância dos atores no processo de desenvolvimento de um território.

Neste sentido, a competitividade entre o nível das empresas se torna inevitável para melhorar a produtividade, qualidade e inovar no mercado em que atuam.

A partir do modelo de determinantes da competitividade sistêmica é possível identificar as vertentes a serem analisadas para o resultado do

desenvolvimento local sustentável de um território, conforme mostra a figura 03, abaixo.

Figura 03 - Vertentes de análise do território



Fonte: Da autora, elaborado com base nas leituras de Altenburg, Hillebrand e Meyer-Stamer (1998) e Meyer-Stamer (2008).

No modelo acima, representado na figura 03, as vertentes são identificadas como os indicadores de análise para um território. Para que sejam identificadas as iniciativas de empreendimentos intensivos em conhecimento é necessário traçar um cenário do território sob o ponto de vista das vertentes apresentadas acima.

Dentre essas vertentes, a caracterizada como “Mecanismos de Inovação” trata-se de uma importante fonte de análise no estudo deste trabalho, pois para Meyer-Stamer (2008) a inovação é amplamente reconhecida como um componente crítico de competitividade, isso porque a inovação é principalmente o resultado de ações dos empresários e de empresas inovadoras. O que corrobora novamente com a importância dos atores envolvidos com o desenvolvimento local sustentável de um território.

2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Ao tratar de desenvolvimento, no contexto de uma sociedade, é preciso ter em mente que as ações de desenvolvimento são constituídas

pelos agentes da sociedade, quais sejam: governos, empresas, comunidades organizadas e redes produtivas, construindo interorganizações configuradas, como o chamado “entorno territorial inovador”, com seus bens tangíveis e intangíveis, suas comunidades de interesse, a tecnologia e informação (FISCHER, 2002, p. 21).

Desta forma, os componentes principais das iniciativas de desenvolvimento local são:

- Desenvolvimento mais equilibrado territorialmente, impulsionando-se iniciativas de desenvolvimento local e geração de emprego e renda, pobreza e marginalização;
- Criação de entornos institucionais econômicos, sociais, políticos e culturais para impulsionar o desenvolvimento do potencial local, compreendendo difusão de inovações;
- Reorganização das bases empresariais e implantação de infraestruturas básicas; capacitação de recursos humanos e criação de sistemas de informação locais (LLORENS, 2001 apud FISCHER, 2002, p. 21).

Assim é possível compreender que o desenvolvimento local sustentável não é algo que se mantém em uma sociedade de uma maneira fácil, pois:

[...] todos os esforços recentes de desenvolvimento têm incorporado, de alguma forma, os postulados de sustentabilidade, procurando assegurar a permanência e a continuidade, a médio e longo prazo, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente (BUARQUE, 2008, p. 15).

Observa-se que a sociedade se volta para a busca de um desenvolvimento sustentável, onde existe a conservação do meio ambiente, o crescimento econômico e a equidade social.

Ainda conforme Buarque (2008), para que o desenvolvimento local seja consistente e sustentável são necessárias algumas características:

Mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a

viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2008, p. 25-26).

O mesmo autor conclui que o Desenvolvimento Local Sustentável resulta da “interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos –, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente” (BUARQUE, 2008, p. 27).

Para tanto, é necessário que cada região encontre seus espaços de competitividade de acordo com suas potencialidades e condições, verificando em seu entorno imediato e nos setores de maior capacidade e vantagem locacional. Novamente Buarque (2008, p. 29) defende:

Toda região (microrregião, município e localidade) pode ser competitiva em algumas áreas e setores e, seguramente tem vantagens competitivas a serem desenvolvidas ou exploradas, com base em suas potencialidades, desde que sejam criadas as “externalidades” adequadas. O local não é sustentável se não encontrar espaços de competitividade e depender, de forma continuada e persistente, de subsídios de transferência de fora da região. Quando não tiver as condições consolidadas, deverá procurar construir suas vantagens competitivas seletivas, mesmo com apoio externo.

Portanto, para que ocorra de fato o desenvolvimento local, é necessário o envolvimento dos atores e da sociedade local, buscando suas potencialidades.

De acordo com Lustosa, (2002 p. 175), “[...] a difusão do desenvolvimento Local Sustentável (DLS) no Brasil, em grande parte, foi resposta às dificuldades encontradas pelo Estado brasileiro para dar suporte a um conjunto de ações governamentais [...]”. Isso porque o país

necessitava de uma relação transparente e participativa entre a sociedade e o Estado.

Neste caso, o fortalecimento da sociedade civil é uma grande preocupação quando se trata de ações sustentáveis de desenvolvimento, e assim o capital social contribui para a elevação de uma sociedade eficaz.

Corroborando com este pensamento, Andion (2003, p. 1044-1045) destaca que:

No cenário globalizado, a competitividade de uma região vai muito além do desempenho e das competências técnicas dominadas e das riquezas produzidas pelas empresas e instituições que possui; depende em grande parte do capital social gerado e mantido por ela. [...] Dessa forma, o capital social é visto como um ingrediente vital para o desenvolvimento das regiões, pois com ele podem ser concedidas novas estratégias de desenvolvimento focadas não na competição, mas na cooperação entre indivíduos, grupos e instituições das diferentes esferas da sociedade.

Dessa forma, as ações sustentáveis de desenvolvimento se pautam além das questões econômicas, pois incluem aspectos sociais, culturais, ambientais, ecológicos, políticos e territoriais. E ainda, é preciso observar o aspecto local que trata de entender como a história, a territorialidade e a cultura influenciam no desenvolvimento.

Ainda conforme Andion (2003, p. 1046), existe uma prática de responsabilização dos atores sociais no processo de desenvolvimento:

Essa responsabilização coletiva transforma o desenvolvimento em um processo político, envolvendo escolhas e decisões que só podem ser feitas a partir de uma articulação entre o local e o global, entre o indivíduo e o coletivo e entre as diferentes esferas sociais (Estado, mercado e sociedade civil organizada).

Por isso, os atores sociais locais são a peça chave neste processo de desenvolvimento local sustentável, os quais irão produzir e compartilhar seus conhecimentos com uma sociedade, no seu território de atuação, gerando assim o conhecimento como fator de produção.

2.4 CONHECIMENTO COMO FATOR DE PRODUÇÃO

O conhecimento é o novo motor da economia. Essa afirmação é dos autores Cavalcanti e Gomes (2001), após constatarem que uma nova realidade está pairando no cenário mundial: a chamada sociedade do conhecimento. Nesta sociedade, profissionais melhor qualificados, ou seja, os recursos humanos são os mais valorizados.

Peter Drucker (1993) já anunciava que o conhecimento é o fator decisivo de produção. Pois, desde a revolução industrial, a tecnologia passa a ganhar importância.

Logo, Cavalcanti e Gomes (2001, p. 53) destacam:

A economia do conhecimento desloca o eixo da riqueza e do desenvolvimento de setores industriais tradicionais – intensivos em mão-de-obra, matéria-prima e capital – para setores cujos produtos, processos e serviços são intensivos em tecnologia e conhecimento. Mesmo na agricultura e na indústria de bens de consumo e de capital, a competição é cada vez mais baseada na capacidade de transformar informação em conhecimento e conhecimento em decisões e ações de negócio. O valor dos produtos depende, assim, cada vez mais, do percentual de inovação, tecnologia e inteligência a eles incorporados.

Dessa forma, esse novo fator de produção, o conhecimento, ganha destaque na geração de riqueza para as organizações, regiões e países. Conforme Cavalcanti e Gomes (2001, p. 56), “A produtividade do conhecimento deve ser, portanto, a preocupação central dos administradores do século XXI. No entanto, o conhecimento só será produtivo se gerenciarmos toda sua cadeia de valor/valores”.

Assim, alguns estudiosos sobre gestão do conhecimento, atentaram-se para a relevância da questão do conhecimento como fator de produção, propondo alguns modelos de gestão do conhecimento. De acordo com Cavalcanti e Gomes (2001, p. 56), estes autores “entenderam que o valor de empresas intensivas/onde o conhecimento abunda, deixou de estar relacionado aos bens tangíveis, como prédios e máquinas, passando a ser cotado a partir de seus artigos intangíveis”.

Veja-se quem são esses autores e os componentes de seus modelos, conforme quadro 06, abaixo:

Quadro 06 – Componentes do modelo de gestão para empresas

Modelo de gestão para empresas formado por três componentes básicos.	Autores		
	Sveiby (1998)	Stewart (1998)	Edvinsonn (1998)
	1) Estrutura interna; 2) Competências; 3) Estrutura externa.	1) Capital estrutural; 2) Capital Humano; 3) Capital de clientes.	1) Capital organizacional; 2) Capital humano; 3) Capital de clientes.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti e Gomes (2001, p. 56).

Para esses autores, os seus modelos convergem no ponto em que monitorar e gerenciar as informações e o conhecimento é essencial para garantir uma boa concorrência e competição em um cenário mundial globalizado.

Por isso, Lopes (2006, p. 140) destaca que “os negócios predominantes na sociedade atual são os chamados negócios intensivos em conhecimento”.

Este mesmo autor aponta que:

Existem basicamente dois tipos de negócios intensivos em conhecimento: aquele em que o conhecimento é o próprio produto final (*knowledge business*) e aquele em que o conhecimento é sistematicamente agregado ao processo produtivo para gerar um artigo final (*knowledge based business*). Ensino e consultoria são exemplos do primeiro tipo no qual o produto final é o próprio conhecimento. Um projeto de arquitetura é um exemplo do segundo tipo, pois o produto final é um projeto físico e não um novo conhecimento sobre arquitetura, nem uma nova teoria (LOPES, 2006, p. 140).

Pode-se dizer que o conhecimento como principal fator de produção é uma realidade na atual sociedade. E, dessa maneira, gera consequências em todas as áreas da economia mundial, pois está atrelado totalmente as diferentes tecnologias acessíveis a sociedade, permitindo maior tráfego de informações e em alta velocidade.

Neste sentido, tem que:

O conhecimento, como aquele incorporado nos seres humanos (“capital intelectual”) e na tecnologia, sempre foi central para o desenvolvimento econômico. Mas, apenas nos últimos anos, quando as atividades econômicas se tornaram mais e mais intensivas/abundantes em conhecimento, sua importância relativa foi reconhecida. Investimentos em conhecimento, tais como pesquisa e desenvolvimento para o trabalho são consideradas a chave para o crescimento econômico (CAVALCANTI; GOMES, 2001, p. 62).

Portanto, face a esta realidade, Drucker (1993 apud NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 5) afirma que:

[...] na nova economia, o conhecimento não é apenas mais um recurso, ao lado dos tradicionais fatores de produção – trabalho, capital e terra – mas sim o único recurso significativo atualmente. Ele afirma que o fato de o conhecimento ter se tornado *o* recurso, muito mais do que apenas *um* recurso, é o que torna singular a nova sociedade.

Dessa forma, é possível perceber a concordância entre os autores abordados, sobre a visão de que o conhecimento é o fator de produção que está modificando a sociedade e gerando riqueza para nações, regiões e empresas.

2.5 INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

O tema “Inteligência Territorial” ainda é pouco explorado na literatura brasileira, porém algumas instituições atuam com projetos nesse sentido. É o caso do Sebrae, que possui o Núcleo de Inteligência Territorial⁵, com foco para os pequenos negócios e, também, o Ministério da Agricultura em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que da mesma forma possui o Núcleo de

⁵ Mais informações em:

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Sebrae-lan%C3%A7a-N%C3%ACleo-de-Intelig%C3%Aancia-Territorial>

Inteligência Territorial⁶, com foco para o agronegócio brasileiro.

Na Europa, em alguns países como França e Espanha, existem algumas iniciativas e publicações a respeito do assunto. O projeto do *International Network of Territorial Intelligence* – INTI, desenvolvido na França, ou em português Rede Internacional de Inteligência Territorial⁷, é um exemplo dessa iniciativa.

Destacando particularmente o projeto do INTI, se trata de uma rede de pesquisa-ação informal com atuação de pesquisadores e atores territoriais. Essa rede foi formada durante a co-construção de iniciativas territoriais, projetos conjuntos de pesquisa e eventos científicos que o INTI organiza, ou a que está associado. Como este tema vem sendo estudado e pesquisado recentemente – em pesquisa realizada no site do INTI, o primeiro evento científico em que foi tratado sobre o tema foi em 2010 – ainda são poucas as publicações científicas sobre inteligência territorial.

A Inteligência Territorial vem sendo discutida desde 1989 pelos pesquisadores do INTI, com o propósito de atuar em uma alternativa baseada em uma abordagem crítica para a sustentabilidade, projetos regionais em parcerias para o desenvolvimento multi-setorial, participação, uso científico e ético das tecnologias do conhecimento, informação e comunicação a serviço da construção de inteligência coletiva do território. Porém, somente em 1998 o termo Inteligência Territorial começa a ser tratado com o objetivo de enfatizar bases teóricas do seu conceito, incorporando o conceito de desenvolvimento sustentável como uma alternativa a visão puramente econômica do desenvolvimento, considerando ainda a importância do território como espaço de ação para as comunidades e as tecnologias da informação e comunicação como veículo de desenvolvimento e construção de ferramentas de inteligência coletiva (GIRARDOT, 2013, p. 12, tradução nossa).

Por outro lado, fazendo uma comparação, o tema Inteligência Competitiva – IC, por exemplo, já está consolidado na literatura brasileira, porém pensando em tempo, este tema é tratado recentemente no país.

No Brasil, a Associação Brasileira dos Analistas de Inteligência Competitiva (ABRAIC) foi fundada em 2000, porém empresas como a Ipiranga e White Martins já aplicavam a IC no Brasil desde 1997. Embora a IC tenha surgido na década de 40, ela somente se tornou reconhecida

⁶ Maiores informações em: <http://www.sae.gov.br/tag/nucleo-de-inteligencia-territorial/>

⁷ Maiores informações em: <http://inti.hypotheses.org/>

nos Estados Unidos com o surgimento da *Society of Competitive Intelligence Professionals* (SCIP) em 1989 (PRESCOTT; MILLER, 2002).

É possível verificar na relação de autores que Machado apresenta, os conceitos para Inteligência Competitiva:

Quadro 07 – Conceitos de Inteligência Competitiva

Conceitos	Autores
Informação analisada sobre os competidores que tem implicações no processo de tomada de decisão da empresa.	Fuld (1995)
Programa sistemático de coleta e análise da informação sobre atividades dos competidores e tendências gerais dos negócios, visando atingir as metas da empresa.	Kahaner (1996)
Processo organizacional de coleta e análise sistemática da informação, que por sua vez é disseminada como inteligência aos usuários em apoio à tomada de decisão, tendo em vista a geração ou sustentação de vantagens competitivas.	Hering (1997)
Processo sistemático que transforma dado e partes de informações competitivas em conhecimento estratégico para a tomada de decisão. Conhecimento sobre posição competitiva atual, desempenho, pontos fortes e fracos, e intenções específicas para o futuro.	Tyson (1998)
Processo ético de identificação, coleta, tratamento, análise e disseminação da informação estratégica para a organização, viabilizando seu uso e processo decisório.	Gomes e Braga (2004)
Processo informacional pró-ativo que conduz à melhor tomada de decisões, seja ela estratégica ou operacional. É um processo sistemático, que visa a descobrir os atores e as forças que regem os negócios, reduzir riscos e conduzir o tomador de decisão a agir antecipadamente, bem como proteger o conhecimento gerado.	Marcial (2005)
Processo sistemático e ético de coleta, análise, disseminação e gerenciamento das informações sobre o ambiente externo, que podem afetar os planos, as decisões e a operação da organização. IC efetivo é um processo contínuo envolvendo coleta ética e legal de informação, análise que não evita conclusões negativas, e disseminação controlada da inteligência acionável aos tomadores de decisão.	SCIP (2010)

Fonte: Machado (2010).

Dessa forma, fica claro que o tema IC vem sendo estudado na literatura mundial de maneira a compreender um determinado cenário e identificar as vantagens competitivas para estar à frente no mercado.

A inteligência territorial e a inteligência competitiva podem ser complementares no sentido de a primeira atuar com foco no desenvolvimento sustentável do território e a segunda atuar com foco na vantagem competitiva de um negócio.

Para esta dissertação, abordar Inteligência Territorial é relevante, pois o foco de pesquisa recai sobre um território específico e busca analisar como o conhecimento como fator de produção de capital social pode contribuir para o desenvolvimento local.

Assim sendo, inicialmente buscou-se o entendimento sobre o conceito de Inteligência Territorial. De acordo com Girardot e Brunau (2010, p. 3, tradução nossa), “Inteligência Territorial é formalizar o uso da tecnologia de informação e comunicação para catalisar a co-construção do conhecimento e do conhecimento multidisciplinar em todos os setores e reforçar a eficácia da ação concentrada para o desenvolvimento sustentável”.

A Rede Internacional de Inteligência Territorial (INTI na língua original), publicou em seu site o objetivo com o desenvolvimento de projetos voltados para a inteligência territorial:

Inteligência Territorial é um projeto de ciência "polidisciplinar", cujo objetivo é o desenvolvimento sustentável dos territórios e das comunidades locais. É baseado em uma visão sistêmica do território, incluindo um espaço geográfico, uma comunidade, suas representações e comportamentos. Ele atribui importância ao nível local numa lógica interescalar, partindo do local para o global. É uma inteligência coletiva que se baseia em primeiro lugar sobre a interação entre cada ser humano e o seu ambiente e, por outro, as relações entre as pessoas. Ele goza agora o poderoso artefato de tecnologia da informação. Ela influencia a governança e o comportamento de cada indivíduo, organizações e comunidades. Governança territorial, podendo aumentar ou restringir a sua expressão, é tratada no sentido da participação de todos, o equilíbrio entre colaboração e competição; acesso equitativo e sustentável aos recursos; o bem-estar e a capacitação de todos e de tudo. Ferramentas de

governança devem permitir a observação, utilizando a tecnologia de informação e compartilhamento de conhecimento, o acesso igual e sustentável de informação e co-construção de resistência e desenvolvimento sustentável dos territórios (INTI, 2015, tradução nossa).

Deste modo, Jean-Jacques Girardot, coordenador do INTI, define inteligência territorial de forma mais completa, abordando o desenvolvimento dos territórios com base em uma abordagem científica, sistêmica e multidisciplinar:

Inteligência Territorial é uma maneira para os investigadores, os atores e a comunidade territorial ganharem um melhor conhecimento do território, mas também para controlarem melhor o seu desenvolvimento. A apropriação das tecnologias da informação e da comunicação e informação em si é um passo essencial para os pesquisadores iniciarem um processo de aprendizagem que lhes permitirá agir de forma adequada e eficiente. Inteligência Territorial é particularmente útil para ajudar os atores locais a planejar, definir e avaliar as políticas e ações de desenvolvimento territorial sustentável (GIRARDOT, 2000 apud GIRADORT 2013, p. 14, tradução nossa).

O autor destaca ainda que os territórios, fazendo parte da sociedade do conhecimento, podem atuar de forma a fortalecerem a integração entre conhecimento e ação, gerando inovação, que é um combustível essencial no desenvolvimento.

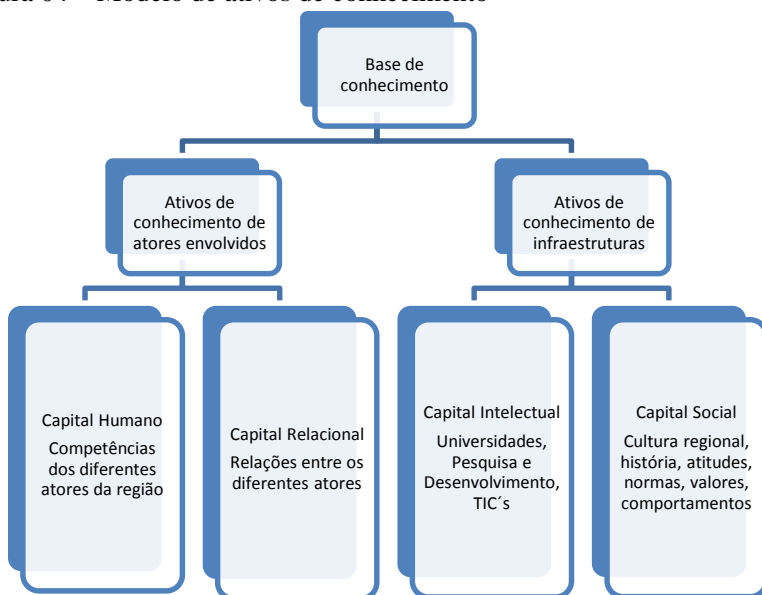
Peña (2013, p. 76, tradução nossa) destaca a importância dos ativos de conhecimento no desenvolvimento territorial. A autora entende que:

um território se constrói em um espaço de compartilhamento e interação entre diversos atores públicos e privados que possuem conhecimentos e recursos que proporcionam o desenvolvimento do território em relação a suas próprias trajetórias, visões de futuro e contextos. O desenvolvimento territorial depende das competências e do enfoque que tenham estes atores na articulação em redes e na formação de ativos de conhecimento sobre as

possibilidades e potencialidades do território, de maneira que possam atuar favoravelmente diante das mudanças do entorno [...].

A autora trabalha com a perspectiva de ativos de conhecimento, com base no modelo de ativos de conhecimento “*Knoware Tree*” de Shiuma (2010). Este modelo apresenta quatro tipos de capital, subdivididos em duas categorias, conforme apresenta a figura abaixo:

Figura 04 – Modelo de ativos de conhecimento



Fonte: Adaptado de Peña (2013, p. 79 apud SCHIUMA, 2010, tradução nossa).

Assim, Peña (2013, p. 80) destaca a importância deste modelo, no sentido de representar as relações tanto formais quanto informais, entre os diferentes atores territoriais para ativar e dinamizar os processos de criação e distribuição de valor, impulsionando a inovação e o desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, os territórios cada vez mais podem desenvolver e incrementar suas capacidades para a inovação, principalmente mediante o desenvolvimento de suas habilidades para criar, assimilar, transferir e utilizar conhecimento. Assim, Peña destaca que existem três fatores que afetam a capacidade territorial para a inovação, quais sejam:

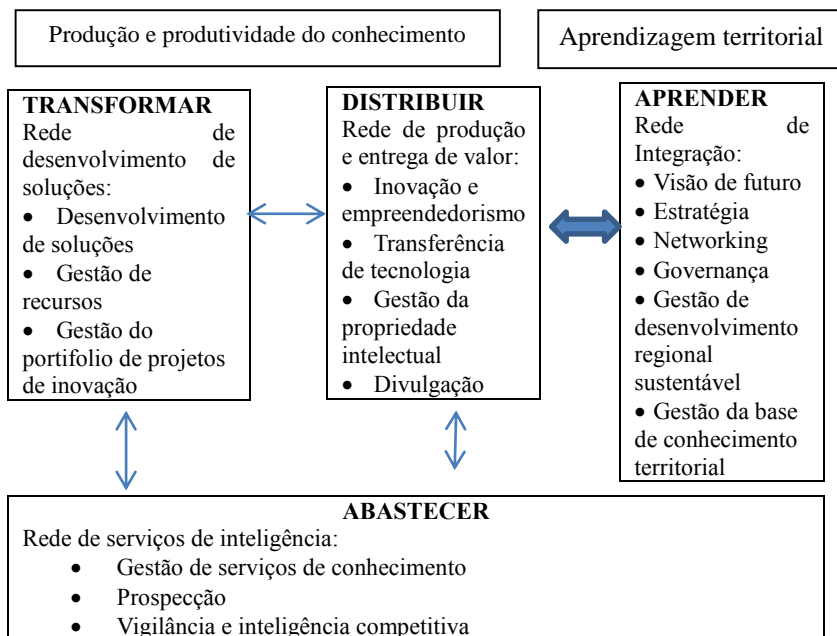
- a) os atores no interior do território;
- b) as relações ou redes de colaboração entre os atores; e
- c) o contexto local, ou seja, o espaço territorial não é um fenômeno exógeno ou independente, mas sim que se deriva diretamente do desempenho que tenha o próprio território na formação de ativos de conhecimento e na criação de entornos que propiciem a transferência e o uso sistemático do conhecimento, promovendo a aprendizagem regional (PEÑA, 2013, p. 77, tradução nossa).

Dessa forma, entende-se que a articulação entre os atores presentes em um território pode proporcionar a troca e compartilhamento de conhecimentos incorporados pelos próprios atores ou agentes regionais, criando novos conhecimentos e gerando inovação para o território.

Ainda, Peña (2013, p. 80) trabalhou em um modelo conceitual para Inteligência Territorial, propondo dois grandes grupos de processos, sendo a) processo de produção e produtividade do conhecimento; e b) processos de aprendizagem territorial.

O modelo proposto pela autora tem como foco, no primeiro grupo, a coleta e transformação do conhecimento em inovações e, no segundo grupo, a formação do entorno e do ecossistema de conhecimento em ampliação das possibilidades territoriais para a inovação. Seu modelo está explícito na figura 05, a seguir:

Figura 05 – Modelo conceitual de inteligência territorial



Fonte: Adaptado de Peña (2013, p. 81, tradução nossa).

No modelo conceitual de Peña, os elementos conhecimento e inovação andam juntos. A autora destaca:

[...]cada um desses grandes grupos de processos compreendem as etapas em que se agrupam os processos, sem que essas etapas impliquem necessariamente uma sequência ou linearidade na execução dos processos. Mas, assinalam as funções de todo o sistema, com respeito ao conhecimento e a aprendizagem para a criação e o fortalecimento de capacidades para a inovação no território (PEÑA, 2013, p. 80-81, tradução nossa).

É de entendimento da autora que a inteligência territorial atua para gerar inovação. Para isso, um território deve dispor de atores que participem de redes de conhecimento, fomentando aspectos ligados a tecnologias, infraestrutura e integrando os aspectos sociais e estratégicos que fazem parte de um território.

A autora afirma que:

[...] essa plataforma seria a via para fortalecer a cadeia de valor do conhecimento no território, dando impulso a ciência, a tecnologia e a inovação, e promovendo sua integração e seu retorno ao território para contribuir com o desenvolvimento e a formação de economias e sociedades que aprendem (PEÑA, 2013, p. 82, tradução nossa).

Dessa forma, o modelo conceitual elaborado pela autora Ana Rosa Guzmán Peña, busca ampliar as capacidades territoriais, integrando não somente aspectos econômicos, mas também elementos sociais, culturais e ambientais, promovendo uma inteligência coletiva, favorecendo a competitividade e o desenvolvimento sustentável do território.

Corroborando com este modelo conceitual, Gama e Fernandes (2009, p. 10) atestam que:

[...] tem-se vivido um novo contexto nas economias locais e nos territórios, aparecendo o conhecimento num patamar essencial para a criação e manutenção da competitividade das indústrias e os processos de aprendizagem como os principais meios para que continuamente se criem novas oportunidades de negócio e de desenvolvimento territorial.

Assim, a inteligência territorial pode ser utilizada para alcançar o desenvolvimento sustentável de um território, considerando seus atores e potencialidade para geração e criação de conhecimentos.

2.6 EMPREENDEDORISMO

Para abordar o tema é necessário inicialmente falar sobre o conceito de empreendedorismo e, também, sobre o empreendedor, figura que irá realizar a ação de empreender.

Gimenez, Ferreira e Ramos (2008, p. 20) afirmam que “a história sobre o conhecimento do empreendedorismo não é recente. Pode-se até especular que desde os primórdios da humanidade, existia ação humana organizada para realizar tarefas coletivas que exigiu a manifestação de empreendedores”. Entretanto, estudos indicam que este tema passou a ser investigado sistematicamente no início do século 20.

Os mesmos autores afirmam que:

O empreendedorismo, sendo uma ação humana, é um fenômeno complexo que depende de interações entre pessoas e envolve a viabilização e articulação de recursos de diferentes tipos. Não é possível encontrar soluções universais quando estamos buscando compreender ações que são fruto de interesses humanos influenciados por diferentes entornos sociais, culturais e econômicos. Assim, o empreendedorismo deve ser visto de um modo abrangente sendo mais bem compreendido como uma configuração de dimensões do indivíduo, do empreendimento e do contexto onde a ação empreendedora se manifesta (GIMENEZ; FERREIRA; RAMOS, 2008, p. 21).

Dessa forma, o empreendedorismo pode ser definido como o processo pelo qual os indivíduos iniciam e desenvolvem novos negócios ou novos projetos. Como o termo empreendedorismo é utilizado em muitas disciplinas, em diferentes linhas de pesquisa (administração, economia, engenharia de produção, psicologia, sociologia, entre outras), seu conceito pode sofrer variações.

Filion (1999, p. 6) fala sobre a expansão do campo do empreendedorismo: “Nos anos 80, o campo do empreendedorismo expandiu-se e espalhou-se para várias outras disciplinas. Organizações e sociedades foram forçadas a buscar novas abordagens para incorporar as rápidas mudanças tecnológicas à sua dinâmica”.

Os autores Gimenez, Ferreira e Ramos (2008, p. 22) fazem uma retrospectiva sobre a abordagem do conceito de empreendedorismo a partir da exposição das ideias dos clássicos autores da área:

Em 1934, Schumpeter tratou empreendedorismo como a realização de novas combinações de recursos, incluindo fazer coisas novas ou coisas que já são feitas em novas maneiras. [...] Para McClelland (1961), cerca de 30 anos depois o foco do significado de empreendedorismo recai sobre o que ele denominou comportamento empreendedor [...] Doze anos depois de McClelland ter trazido o foco da área para o comportamento humano, Kirzner (1973) define o termo de forma muito restrita, como a habilidade de perceber novas oportunidades. Para Drucker (1986), o empreendedorismo é um ato de inovação que

envolve desenvolver em recursos já existentes uma capacidade de produzir riqueza nova.

De forma a organizar estes conceitos e entender as perspectivas dos autores, a tabela 01, abaixo, aborda o empreendedorismo sob a visão de Schumpeter, McClelland e Drucker:

Tabela 01 - Perspectivas sobre empreendedorismo

Visão econômica de Schumpeter	Visão comportamental de McClelland	Visão administrativa de Drucker
<p>Nesta visão o empreendedorismo é a realização de novas combinações, sendo o empreendedor o indivíduo cuja função é realizá-lo.</p> <p>O empreendedorismo é visto como uma função econômica, cujo centro é a inovação, e diferente da função gerencial cujo cerne está no ajuste e manutenção do equilíbrio.</p> <p>O empreendedorismo é um fato econômico, isto é, se manifesta no mundo das relações guiadas pelo interesse em aquisição de bens.</p>	<p>Para este autor, o comportamento empreendedor deveria ser visto também como um dos motores do desenvolvimento econômico.</p> <p>Contudo, seu foco de atenção estava na busca de explicações para razões que levavam indivíduos específicos a se envolverem com empreendimento e outros não.</p> <p>Em seus estudos, McClelland procurou evidências da associação entre alta necessidade de realização e desenvolvimento econômico.</p>	<p>O autor defende a proposição do empreendedorismo como uma disciplina do conhecimento humano que pode ser adquirido em nível individual e organizacional, sendo, portanto, comportamento e não traço de personalidade.</p> <p>No comportamento empreendedor a inovação é o instrumento específico, devendo ser praticada de forma sistemática pelo empreendedor.</p> <p>Assim, é central no comportamento empreendedor desenvolver competências que permitam a busca orientada e organizada por mudanças, acompanhada da análise sistemática de oportunidades que tais mudanças podem oferecer para inovação econômica ou social.</p>

Fonte: Gimenez, Ferreira e Ramos (2008, p. 24).

A partir dos estudos desses autores é possível observar que, com a evolução da sociedade e das tecnologias de informação e comunicação, surge uma perspectiva ainda mais dinâmica a respeito das relações de negócio que formam uma rede de relacionamento empreendedora. Dessa forma, Dornelas (2008, p. 22) destaca que “empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso”.

A chamada nova economia, a era da Internet, tem mostrado que boas ideias inovadoras, um bom planejamento e, principalmente uma equipe competente e motivada é capaz de gerar bons negócios em um curto espaço de tempo (DORNELAS, 2001). Nesse sentido, surgem os empreendedores para aproveitar as oportunidades e colocar em prática as ações empreendedoras.

O espírito empreendedor pode ser traduzido nas palavras de Schumpeter (1994 apud DORNELAS, 2008 p. 22): “O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

Fiates (2014, p. 62) destaca que:

É o empreendedor que, com sua capacidade de sonhar, planejar e 'fazer acontecer', transforma ideias em realidade, superando dificuldades e limitações de toda ordem, seja no espaço interno à empresa (microambiente), seja na cadeia produtiva (meso ambiente) ou no ambiente externo nacional ou global (macro ambiente).

Os empreendedores possuem algumas características que os diferenciam na sociedade. De acordo com Dornelas (2008, p. 23), em qualquer definição de empreendedorismo encontram-se pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedor:

- 1) Tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz;
- 2) Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive;
- 3) Aceita assumir riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

Um pensamento que corrobora com a visão de Dornelas, pode ser observado por Fillion (1999, p. 19):

O empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel inovador.

A visão dos autores é extremamente atual, no sentido de que o desenvolvimento social e econômico das sociedades mundiais está em parte atrelado a inovação. Sobre isso, Schlemm (2007, p. 9 apud SANTOS; MARINHO; MAC-ALLISTER, 2009, p. 168) afirma que a inovação e o empreendedorismo “[...] são frequentemente vistos como processos interativos indutores de mudanças e rupturas essenciais ao desenvolvimento”.

A inovação permeia os conceitos de empreendedorismo, pois se complementam, são conceitos interligados “a inovação rápida e econômica é vantagem competitiva no século XXI e a ênfase na valorização humana por parte das empresas que desejam inovar” (PINCHOT, 2004 apud LAPOLLI et al., 2009, p. 21).

Schumpeter já falava sobre isso, conforme constata Andrade (2005, p. 146):

A disciplina econômica foi a que sem dúvida deu o maior impulso à construção da agenda da inovação. As elaborações de Joseph Schumpeter, no início do século XX, tiveram um impacto considerável no debate sobre transformações tecnológicas e desenvolvimento econômico.

A partir de então uma série de perspectivas de análise surgiram para tratar do termo inovação. Ainda de acordo com Andrade (2005, p. 147):

O economista Christopher Freeman, considerado um autor neo-schumpeteriano, foi o responsável pelo estabelecimento do conceito em sua versão atual [...] [:] com um claro perfil corporativo, sendo vista como condição para que empresas e governos tenham um bom desempenho na economia

internacional em face das oscilações de mercado e de ameaças da concorrência.

Desde então, a integração dos pilares: governo, universidades e empresas, são peças-chave para que ocorra a inovação. Assim, é importante salientar:

Esse conceito, que adquiriu grande primazia durante os anos de 1990, advoga que as interações entre os agentes econômicos, as instituições de pesquisa e os organismos governamentais estipulam ações recíprocas que geram a capacidade de desenvolvimento de condições de inovação. Nesse sentido, políticas locais e setorializadas passaram a ser imprescindíveis para a compreensão do potencial inovativo de uma nação e região, independentemente da atividade específica de cada setor e das oscilações da demanda (ANDRADE, 2005, p. 148).

Tendo em vista esse contexto, Schlemm (2007 apud SANTOS; MARINHO; MAC-ALLISTER, 2009, p. 168) afirma que:

os países que têm mostrado maior competitividade internacionalmente são aqueles nos quais o empreendedorismo encontra espaço para crescer, mediante inovações que permitem criar novos mercados e aplicar avanços tecnológicos no atendimento às crescentes necessidades sociais.

Encontrar o espaço para crescer é um grande desafio para os empreendedores brasileiros, sendo necessário levar em consideração o empreendedorismo inovador, conforme aborda Schumpeter (1928, apud FILION, 1999, p. 7):

A essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades no âmbito dos negócios [...] sempre tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos nacionais, sem que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a novas combinações.

Fiates (2014, p. 62) comenta que em 1967 Schumpeter já afirmava que a competição e o desenvolvimento econômico envolvem necessariamente inovação e, no momento atual em que o conhecimento e seus processos de aquisição e transferência se sobrepõe ao modelo tradicional de produção como matéria-prima, trabalho e capital, a inovação se torna ainda mais relevante.

Ainda conforme Fiates (2014), a compreensão dos conceitos de empreendedorismo e inovação levam ao conceito de empreendedorismo inovador, conforme ele mesmo destaca:

A busca de compreensão do relacionamento entre os conceitos de empreendedor e inovação leva [...] a chamar a atenção sobre a visão de Schumpeter de relação total entre o agente "empreendedor" e a ação "inovação" ou entre a entidade "empreendimento" e a atividade "inovar". Efetivamente, as pesquisas e constatações contemporâneas confirmam este conceito de "empreendedorismo inovador" como a iniciativa empreendedora que se distingue pela capacidade de introduzir algo novo na sociedade [...] (FIATES, 2014, p. 64).

Dessa forma, existe um desafio na sociedade atual em criar condições favoráveis para a inovação e para que aconteçam iniciativas de empreendedorismo, que corroborem para elevar as taxas de crescimento em um território.

Para impulsionar o desenvolvimento do empreendedorismo, a OCDE lançou em 2010 o relatório chamado *Innovation strategy: Getting a head start on tomorrow*, contendo tendências para as políticas de inovação, criando ambientes favoráveis para a inovação e o empreendedorismo (PÓVOA, 2011).

O documento aponta cinco diretrizes que são consideradas prioridades para as ações governamentais (OCDE, 2010, p. 11-15 apud PÓVOA, 2011, p. 129):

- 1. Deve ser dada às pessoas a capacidade de inovar:** é reconhecido que o capital humano é a essência da inovação. Assim, é necessário reformular e adaptar currículos e práticas pedagógicas para que os estudantes possam aprender e desenvolver novas habilidades

relacionadas às necessidades da sociedade. As universidades passam a ser reconhecidas como tendo papel fundamental no processo de inovação. É preciso também facilitar a mobilidade internacional de talentos para que o conhecimento circule;

2. Inovação nas firmas deve ser facilitada: são propostas várias medidas para encorajar o empreendedorismo. Por exemplo, é preciso tornar simples a regulação das firmas que entram no mercado, pois as firmas novas estão exercendo um papel cada vez mais importante na inovação. As leis de falência devem ser menos punitivas com os empreendedores. Empresas com rápido crescimento não devem ser “punidas” com maiores taxas de impostos ao se tornarem maiores. Acesso ao financiamento à inovação, como mercados de venture capital, deve ser desenvolvido;

3. A criação, a difusão e a aplicação do conhecimento são fundamentais: “A ciência continua a estar no coração da inovação”. É reconhecido que as instituições de pesquisa de vários países da OCDE precisam se reestruturar para se manterem como centros de excelência. Além disso, a ligação com o setor produtivo deve ser aprimorada. As TIC são essenciais para a difusão do conhecimento e devem ser foco de atuação do governo a sua ampliação e acesso. Os direitos de propriedade intelectual geram incentivos para a criação de novas tecnologias e devem ser aplicados;

4. Inovação pode ser aplicada para tratar de desafios sociais e globais: esses desafios são caracterizados pela maior competição internacional, pelas pressões ambientais e pelo envelhecimento da população mundial. São globais não apenas porque afetam todos os países, independente da renda ou da localização, mas, talvez mais importante por serem de uma escala tal que está acima da capacidade de qualquer país, requerendo uma cooperação para que sejam superados (OCDE, 2008). A cooperação científica e tecnológica internacional precisa ser facilitada e explorada. As incertezas envolvidas em questões

como aquecimento global requerem que as iniciativas de inovação partam dos governos;

5. A governança e a mensuração das políticas de inovação devem ser aprimoradas: ao reconhecer que o processo de inovação envolve muitos atores, é necessário que o governo estabeleça novas formas de coordenação das ações.

Assim, é possível inferir que o empreendedorismo envolve a participação dos principais agentes que compõe a organização da sociedade, conforme já evidenciado anteriormente: empresas, governo e universidades. Dessa forma, o empreendedorismo congrega esses agentes, como é possível verificar na figura 06:

Figura 06 - Elementos do empreendedorismo que impulsionam a inovação



Fonte: Elaborado pela autora, com base no documento da OCDE (OCDE, 2010, p. 11-15 apud PÓVOA, 2011, p. 129).

Todos esses elementos atuando de forma integrada e também se beneficiando de políticas de inovação, conforme propôs a OCDE,

possibilitam à um território a conquista de ambientes empreendedores inovadores.

Entretanto, cabe salientar um item chave que é citado dentre as diretrizes propostas pela OCDE: o conhecimento. Este ativo é reconhecido no sentido de oportunizar as pessoas a capacidade de inovar; é reconhecido quando se dá importância para a criação, difusão e aplicação do conhecimento numa integração entre universidade e setor produtivo; o conhecimento é reconhecido como ativo fundamental a partir do momento em que se percebe o envelhecimento da população mundial e são pensadas iniciativas para resolver essa questão e, por fim, quando se procura estabelecer políticas de incentivo à inovação.

Então, pensar em iniciativas para promover um ambiente de empreendedorismo, é pensar iniciativas para promover a criação, difusão e compartilhamento dos conhecimentos pertencentes a todos os agentes integrantes de um território.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para Gil (2002, p. 17), a pesquisa pode ser definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A presente pesquisa tem por finalidade descrever as características de determinado território e seus elementos e variáveis, sob o ponto de vista da formação de capital social.

Assim, a pesquisa se caracteriza como descritiva-exploratória, pois no caso da pesquisa descritiva “o objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, enquanto a pesquisa exploratória envolve: “a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; c) análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 2002, p. 41). Sendo necessário ainda a aplicação de estudo de caso para melhor compreensão do que foi verificado na literatura de forma prática. Dessa maneira, conforme Gil (2002, p. 54), o estudo de caso pode ser encarado como “o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto são claramente percebidos”.

Neste sentido o estudo propõe-se a uma análise, interpretando os dados relativos ao cenário encontrado no território analisado e a formação do capital social diante do desenvolvimento local sustentável.

A seguir são detalhados os passos da pesquisa.

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

A coleta de dados para este trabalho foi realizada a partir das técnicas de pesquisa identificadas como: 1) Pesquisa Bibliográfica; 2) Entrevista; e 3) Pesquisa Documental. Para a plena utilidade dessa pesquisa, a coleta e seleção dos componentes que serão estudados partem dos seguintes itens:

a) Seleção do Estudo de Campo: análise das iniciativas empreendedoras intensivas em conhecimento, do município de Maringá no Paraná;

b) Identificação dos Atores-chave;

c) Coleta de dados primários e secundários por meio de documentos disponibilizados pelo Sebrae/PR;

d) Coleta de dados secundários, por meio de pesquisa na internet, procurando identificar informações acerca do território analisado;

e) Entrevistas com os colaboradores do Sebrae/PR para identificar a situação da região, com objetivo de verificar as correlações entre a formação de capital social e o desenvolvimento local;

f) Observação participante para obtenção das informações referentes ao território analisado.

Portanto, após a execução desses passos, apresentam-se a interpretação e análise dos resultados obtidos.

3.2.1 Pesquisa bibliográfica

Realizou-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2007, p. 44), se propõe à análise de diversas posições acerca de um problema. Para Fonseca (2002, p. 32), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Para esta pesquisa foram utilizados livros, teses, dissertações e artigos científicos, assim como publicações em endereços eletrônicos na internet.

A pesquisa bibliográfica levou em consideração os temas centrais dessa dissertação, atendendo aos temas que foram abordados na fundamentação teórica. Dessa forma, realizou-se uma busca sistemática de literatura nas bases de dados integradas Web of Science, Scopus e nos Periódicos Capes.

Foram considerados somente os artigos que atendiam aos seguintes critérios:

a) Os termos de busca deveriam estar presentes em alguma parte do artigo (título ou assunto);

b) O artigo deveria estar disponível para leitura na íntegra;

c) Foram selecionados os artigos dos últimos 2 (dois).

Neste cenário foram analisados aqueles que continham conteúdo relevante para este estudo. No quadro 08, apresentam-se a quantidade de artigos selecionados para análise.

Quadro 08 – Busca sistemática de literatura

Temas pesquisados	Bases de dados pesquisadas e quantidade de artigos selecionados para análise			
	<i>Web of Science</i>	Periódicos CAPES	Scopus	Total
<i>knowledge as a production fator</i>	0	6	0	6
<i>Systemic competitiveness</i>	2	4	3	9
<i>Sustainable local development</i>	2	4	7	13
<i>Social capital</i>	7	9	2	18
<i>Territorial Intelligence</i>	0	1	0	1
<i>Innovative entrepreneurship</i>	4	2	4	10
TOTAL	15	26	16	57

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Os artigos analisados demonstraram uma variedade de temas relacionados aos temas pesquisados que contribuíram para reforçar o referencial teórico desta dissertação. Na tabela 02 é possível verificar o resultado da análise realizada sobre os artigos selecionados:

Tabela 02 – Resultado da análise sobre os artigos selecionados

Temas pesquisados	Temas relacionados
<i>knowledge as a production fator</i>	Influência da tecnologia no nível de produtividade; inovação, conhecimento e produtividade; economia do conhecimento; conhecimento e informação como fatores de produção no contexto da globalização; conhecimento organizacional.
<i>Systemic competitiveness</i>	Inovação estratégica; inteligência estratégica; desenvolvimento econômico; produtividade.
<i>Sustainable local development</i>	Promoção do desenvolvimento sustentável a nível local; confiança; planejamento do desenvolvimento local sustentável; desenvolvimento sustentável em rede; desenvolvimento econômico local sustentável; inovação; estudo de caso no Japão, Itália e Paris.
<i>Social capital</i>	Capital social sob a perspectiva de Bourdieu; economia emergente; efeitos de interação do capital social; conceito de capital social; atividade empreendedora e capital social; medição do capital social; relações públicas e capital social; crescimento regional e capital social; capital social e estratégias financeiras; capital social como facilitador para a inovação; capital social e startups.
<i>Territorial Intelligence</i>	Modelo de inteligência territorial.
<i>Innovative entrepreneurship</i>	Empreendedorismo inovador regional; medição de empreendedorismo inovador; empresários inovadores; startups; capital intelectual e características empreendedoras como motor de inovação; inovação e empreendedorismo; empreendedorismo inovador e ensino; empreendedorismo inovador para a economia; conhecimento tácito e empreendedorismo inovador.

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Nas bases de dados selecionadas, houve dificuldade em encontrar artigos científicos que tratassem dos temas “*knowledge as a production fator*” e “*territorial intelligence*”. Dessa forma, destaca-se a importância

em estudar estes temas de forma mais aprofundada. Para esta dissertação se faz suficiente o conteúdo abordado no referencial teórico.

Menciona-se ainda a pesquisa realizada no site de busca Google Web-Scholar, onde foi possível recuperar uma série de materiais técnico-científicos, não indexados nas bases de dados acima relacionadas.

3.2.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental foi realizada com o objetivo de analisar um conjunto de documentações produzidas pelo Sebrae PR ou de posse dessa instituição, que pudessem contribuir com os resultados deste trabalho.

Lakatos e Marconi (2003, p. 174) afirmam que: “A característica da pesquisa documental é que as fontes de coleta de dados estão restritas a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fenômeno ocorre, ou depois”.

Dessa forma foi importante analisar os seguintes documentos fornecidos pelo Sebrae, com o objetivo de obter conhecimento sobre o cenário do território analisado:

- a) Planilha sobre os dados da educação superior no município de Maringá, retirada da base de dados utilizada pelo Sebrae/PR;
- b) Documento sobre a implantação do projeto do Tecnoparque de Maringá;
- c) Documento sobre o Plano Estratégico do Sebrae 2022;
- d) Planilha sobre os dados de cooperativas, associações e sindicatos da região.

Todas as informações contidas no conjunto de documentos identificados foram analisadas criteriosamente para verificar sua validade para esta pesquisa. As informações foram extraídas e inseridas no item apresentação dos resultados deste trabalho.

3.2.3 Entrevistas

A entrevista foi uma importante técnica de pesquisa na coleta de dados, pois permitiu uma maior aproximação com a realidade do território analisado.

Lakatos e Marconi (2003, p. 195) discorrem sobre a entrevista:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a

respeito e determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Assim, foram selecionados três colaboradores do Sebrae/PR, sede Maringá, sendo dois colaboradores responsáveis pelos setores de inovação e tecnologia e o gerente da unidade Maringá para responderem a algumas questões relacionadas ao território analisado. Dessa forma foi realizada uma entrevista semi-estruturada. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 197) a entrevista semi-estruturada acontece quando:

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informaçã.

Apesar de ser considerada semiestruturada, a entrevista foi realizada a partir de um foco, com um roteiro de tópicos previamente estabelecidos.

Foram elaboradas as seguintes perguntas:

- 1) *Quais mecanismos de inovação podem ser considerados como propulsores do empreendedorismo em Maringá?*
- 2) *Qual a importância das Startups para o cenário empreendedor em Maringá?*
- 3) *Quais os desafios do município de Maringá perante o cenário de Inovação?*
- 4) *Como o município de Maringá está posicionado, no quesito inovação e empreendedorismo, perante o estado do Paraná?*
- 5) *Qual a importância das cooperativas, associações e sindicatos no cenário econômico da região?*
- 6) *Qual é o motor da economia de Maringá?*

Houve um consenso entre as falas dos entrevistados sobre o cenário da inovação em Maringá estar “despontando perante o estado do Paraná”, apontaram também a articulação do Sebrae com os empreendedores locais e com as iniciativas de inovação da região, como por exemplo o Tecnoparque e a Incubadora Tecnológica Maringá, para que seja possível o desenvolvimento de atividades que promovam o empreendedorismo local.

A partir das respostas obtidas foi possível traçar um cenário da situação do município de Maringá, no que diz respeito a formação de capital social e ao cenário de empreendedorismo e inovação da região.

3.3 MÉTODO DE PESQUISA

De acordo com Lakatos e Marconi (1991 apud KAHLMEYER–MERTENS et al., 2007, p. 15):

o método caracteriza-se como uma abordagem ampla, em nível de abstração superior aos fenômenos da natureza e da sociedade. Para tanto, método se define como um modo de proceder, seja um fazer, um agir, um conhecer, para alcançar um fim previamente projetado.

Sendo assim, para este trabalho adotou-se o método de estudo de campo. Para Gil (2008, p. 57), o estudo de campo pode ser caracterizado da seguinte forma: “[...] no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação.”

Dessa forma, o método de estudo de campo contribui para a fluidez deste trabalho, tendo em vista a definição do território analisado. Para tanto foram realizadas as seguintes atividades:

- 1) Análise dos documentos disponibilizados pelo Sebrae/PR acerca da situação das Startups da região onde foi analisado o conhecimento como fator de produção para alavancar o desenvolvimento local da região analisada a partir de empreendimentos de base tecnológica, mais especificamente as Startups;
- 2) Análise das respostas obtidas através das entrevistas não-estruturadas realizadas com membros do Sebrae/PR;
- 3) Confronto entre o cenário encontrado no território analisado e a literatura levantada sobre capital social.

Neste sentido, compilando, interpretando e analisando os dados recolhidos, foi possível apresentar o resultado mais adiante.

3.3.1 Estudo de Campo

Esta dissertação utilizou como estudo de campo um território brasileiro para responder aos seus objetivos propostos. Foi analisado o

município de Maringá, localizado na região Noroeste do estado do Paraná.

Maringá se destaca como Município planejado e com uma urbanização recente, sendo a sétima cidade mais populosa da região Sul do Brasil. Maringá comemora seu aniversário todo dia 10 de maio. Seu ano de fundação é 1947.

O município foi planejado com base no projeto de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná (empresa que foi adquirida por investidores brasileiros nos anos 1940 e foi rebatizada como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 1951, subsidiada pela empresa londrina Paraná *Plantations Company*). O projeto de colonização foi minuciosamente estudado, visando o desenvolvimento econômico da região.

A empresa colonizadora vendia os lotes para o povoamento da região, e para tanto solicitava referências dos compradores, sendo que estes passavam por uma triagem. Da mesma forma, a urbanização da cidade também foi pensada com cuidado: desde sua localização geográfica, logística e o desenho da cidade, sendo destaque suas largas avenidas e a preocupação com o meio ambiente.

De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2014 Maringá possuía uma população de aproximadamente 391.698 habitantes. A Região Metropolitana da cidade conta com 679.324 habitantes (Diretoria de Pesquisas do IBGE).

O maior IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, da região Noroeste Paranaense é atribuído a Maringá, que atingiu nota 0,808, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil organizado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A cidade é detentora de uma das economias mais variadas da região, sendo que o maior Valor Adicionado Bruto e Fiscal é atribuído às atividades de Serviços e Indústria.

A região possui grande oferta de cursos superiores, com destaque para os cursos da área da saúde. Em contrapartida, o setor aeronáutico está movimentando o município, contribuindo para seu desenvolvimento.

No que se refere à inovação, Maringá também tem se destacado ao longo dos anos, com iniciativas para os ambientes de inovação e empreendimentos de base tecnológica. O município possui atualmente um parque tecnológico (Tecnoparque), a Incubadora Tecnológica Maringá e sete empresas Startups incubadas, formando, assim, o ambiente de inovação da região.

O modelo de desenvolvimento de Startups de Maringá se trata de incubação tradicional, baseada em espaços físicos, centrado em serviços de consultoria e com boa infraestrutura de TI.

De acordo com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC, “Uma incubadora é uma entidade que tem por objetivo oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso” (ANPROTEC, 2015).

O mercado de Startups no Brasil conta com 10 mil empresas de inovação tecnológica e teve aportes de 1,7 bilhões no ano de 2012. Nesse cenário, 0,72% dessas empresas estão no estado do Paraná (ABSTARTUPS, 2015). Dessa forma, o município de Maringá possui sua parcela de contribuição para que o estado se destaque nesse cenário.

Por fim, o município sofre acelerado crescimento nas últimas décadas, o que não afeta os altos índices de qualidade de vida (CARNIEL, 2014).

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Em parceria com o Sebrae Paraná – PR, foi realizado o levantamento dos dados para esta dissertação. O Sebrae auxiliou no entendimento sobre o desenvolvimento econômico da região de Maringá, e também esclareceu suas contribuições para o município em diversas frentes de atuação, uma delas a que interessa este estudo: a Inovação.

O interesse de se trabalhar com o Sebrae PR se deu em virtude da oportunidade de um projeto de inteligência territorial, adjudicado pela empresa⁸ onde a autora deste trabalho estava vinculada profissionalmente, da qual tinha como objetivo identificar as ações de inteligência que o referido órgão potencialmente poderia realizar para contribuir com o desenvolvimento social e econômico para a região.

Por meio de entrevista aberta, os gestores do Sebrae PR do setor de inovação foram questionados sobre a situação da Inovação no município de Maringá, ou seja, foi de interesse questionar se o município possui iniciativas de parques tecnológicos, startups e incubadoras e se existe investimento neste sentido.

Dessa forma, foi possível verificar as iniciativas de empreendedorismo inovador no território analisado.

Tendo em vista o atendimento de um dos objetivos desta dissertação e também o reconhecimento do território analisado, foram identificados os elementos correspondentes a cada uma das vertentes de análise propostas no item 2.2. Relembrando:

- a) Vertente Educação, ciência e tecnologia;
- b) Vertente Mecanismos de Inovação;
- c) Vertente Capital e Políticas Públicas;
- d) Vertente Governança e Gestão do Território;
- e) Vertente Infraestrutura;
- f) Vertente Mercado.

De acordo com a realidade do território analisado são apresentados os elementos encontrados para as vertentes propostas. Os elementos correspondem as variáveis que compõe as vertentes, ou seja, aquilo que diz respeito ao seu contexto. O detalhamento desse processo será apresentado a seguir.

⁸ Knowtec – Inteligência para Inovação

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, se fez necessário identificar os agentes geradores de capital social no território analisado, o município de Maringá no PR, de forma a compreender como este território está organizado. Dessa forma, utilizou-se o modelo da competitividade sistêmica onde foram identificadas as vertentes de análise do território e a partir das vertentes foram encontrados os elementos correspondentes.

Assim, a apresentação dos resultados está de acordo com as vertentes de análise do território para que seja possível identificar as iniciativas empreendedoras inovadoras, intensivas em conhecimento. Para identificar os elementos correspondentes à vertente de Educação, ciência & tecnologia, foi verificado inicialmente o perfil do ensino superior no município, apresentado na Tabela 03:

Tabela 03 – Visualização do cenário do ensino superior no município de Maringá

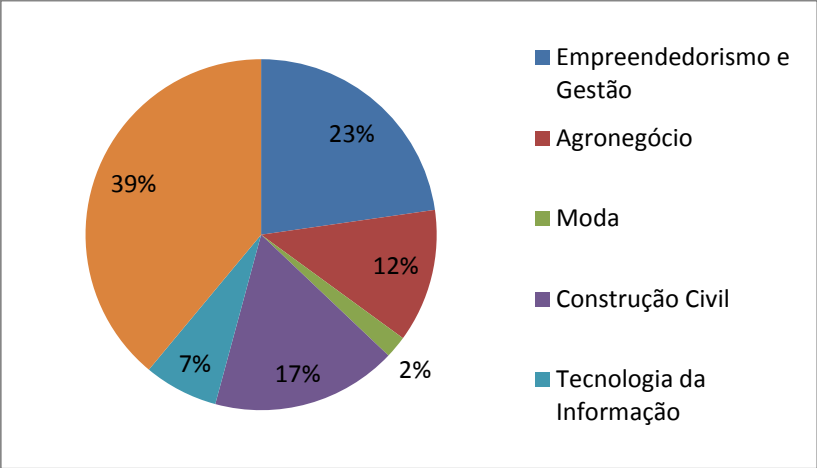
Instituição de Ensino	Qtidade de Oferta de cursos por especialidade
Centro Universitário de Maringá – CESUMAR	<ul style="list-style-type: none"> • oferta de 9 cursos da área da saúde; • oferta de 4 cursos da área da tecnologia da informação; • oferta de 3 cursos da área da construção civil; • oferta de 1 curso da área de moda; • oferta de 4 cursos da área do agronegócio; • oferta de 3 cursos da área de empreendedorismo e gestão.
Faculdade Alvorada De Tecnologia E Educação De Maringá	<ul style="list-style-type: none"> • oferta de 1 curso da área de empreendedorismo e gestão; • oferta de 2 cursos da área de tecnologia da informação; • oferta de 1 curso da área da saúde.
Faculdade Cidade Verde	<ul style="list-style-type: none"> • oferta de 3 cursos da área de empreendedorismo e gestão; • oferta de 1 curso da área de tecnologia da informação.
Faculdade De Engenharia e Inovação Técnico Profissional	<ul style="list-style-type: none"> • oferta de 1 curso da área de construção civil.
Faculdade De Tecnologia América Do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • oferta de 2 cursos da área de empreendedorismo e gestão.
Faculdade De Tecnologia Senai Maringá	<ul style="list-style-type: none"> • oferta de 1 curso da área de construção civil.
Faculdade Ingá	<ul style="list-style-type: none"> • oferta de 2 cursos da área do agronegócio; • oferta de 2 cursos da área de construção civil; • oferta de 1 curso da área de tecnologia da informação; • oferta de 9 cursos da área da saúde.
Faculdade Maringá	<ul style="list-style-type: none"> • oferta de 1 curso da área de empreendedorismo e gestão.
Faculdade Metropolitana De Maringá	<ul style="list-style-type: none"> • oferta de 1 curso na área da saúde; • oferta de 1 curso na área de empreendedorismo e gestão.

Pontifícia Universidade Católica Do Paraná Universidade Estadual De Maringá	<ul style="list-style-type: none">• oferta de 1 curso na área da saúde;• oferta de 1 curso na área de empreendedorismo e gestão.• oferta de 1 curso da área de empreendedorismo e gestão;• oferta de 3 cursos da área do agronegócio;• oferta de 2 cursos da área de construção civil;• oferta de 2 cursos da área de tecnologia da informação;• oferta de 8 cursos da área da saúde.
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Base de dados do Sebrae Paraná (2014).

Percebe-se uma maior concentração de cursos superiores e, consequentemente, maior número de matrículas nos cursos relacionados à área da saúde, correspondendo a 39% do total apresentado. No gráfico 01 é possível visualizar a representação desse cenário:

Gráfico 01 – Quantidade de matrícula x Área de atuação



Fonte: Base de dados do Sebrae Paraná (2014).

Os cursos relacionados à área de empreendedorismo e gestão são a segunda área de atuação mais procurada por aqueles que buscam um curso superior no município de Maringá.

Em seguida verificou-se a existência de laboratórios e programas de pesquisa, visando identificar as ações que contribuem para um ambiente inovador e gerador de capital social que contribui para o desenvolvimento local sustentável do território. Foi identificado um total

de 62 laboratórios e programas de pesquisa, entre Laboratórios de Pesquisa das universidades, Núcleos de Estudos e projetos em andamento, conforme a tabela a seguir:

Tabela 04 - Iniciativas de pesquisa e desenvolvimento do município de Maringá

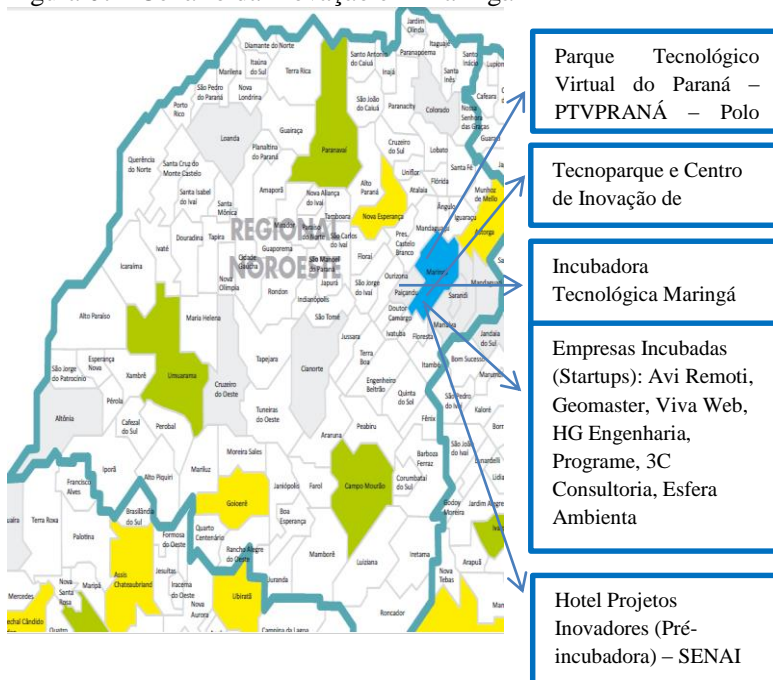
Laboratórios e programas de pesquisa		
Núcleo de Estudos Avançados em Ciência das Plantas Daninhas (NAPD)	Laboratório de Análise de Plantas	Laboratório de Caracterização e Reciclagem de Resíduos
Laboratório de Clínica Fitopatológica	Laboratório de Entomologia Agrícola	Laboratório Física do solo
Laboratório de Fitopatologia	Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto Aplicado ao Meio Ambiente e Irrigação	Laboratório de Máquinas Agrícolas
Micropropagação in vitro	Plantas Medicinais	Sementes
Laboratório do Curso de Zootecnia	Laboratório de Aconselhamento	Genético e Citogenética Humana
Laboratório de Biologia Celular da Secreção	Laboratório de Biologia Evolutiva de Insetos	Laboratório de Biotecnologia Microbiana
Laboratório de Citogenética e Mutagenese	Laboratório de Citogenética Vegetal	Laboratório de Citogenética de Vertebrados
Laboratório de Cultura de Tecidos e Eletroforese de Vegetais	Laboratório de Eletroforese de Peixes	Laboratório de Genética Geral
Laboratório de Genética de Microorganismos	Laboratório de Genética Molecular e Desenvolvimento	Laboratório de Microscopia e Fotomicrografia
Laboratório de Organização Funcional do Núcleo	Laboratório de Bioquímica de Plantas – BIOPLAN	Laboratório de Bioquímica e Fisiologia de Microorganismos
Laboratório de Bioquímica Estrutural	Laboratório de Bioquímica Molecular	Laboratório de Controle do Ciclo Celular e Diferenciação em Microorganismos

Laboratório de Metabolismo Hepático e Radioisótopos – LMH	Laboratório de Oxidações Biológicas Núcleo de Produtos Naturais – NEPRON	Laboratórios de Análises Clínicas
Laboratório de Farmacologia	Laboratório de Estatística	Laboratório de Criogenia
Laboratório de Agroquímica	Laboratório de Efluentes	Laboratório de Águas e Alimentos
Laboratórios do curso de engenharia civil	Laboratórios do curso de engenharia química	Laboratório de P&D de Sistemas de Liberação de Fármacos
Laboratórios do Curso de Informática - IST (Instituto SENAI de Tecnologia)	Projeto Software By Maringá	PEIXEGEN
Núcleo Pluridisciplinar de Pesquisa e Estudo da Cadeia Produtiva do Leite	NUPAGRI - Núcleo de Pesquisa aplicado à agricultura	NBA - Núcleo de Biotecnologia Aplicada
EDEN - Núcleo em Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável	Unicesumar - Laboratórios dos cursos de graduação	UC PR - Projeto Casa do empreendedor

Fonte: Base de dados do Sebrae Paraná (2014).

Posteriormente, foram identificados os elementos correspondentes a vertente que abrange os mecanismos de inovação. Assim, o município de Maringá possui o cenário da inovação, conforme apresentado na Figura 07:

Figura 07 - Cenário da Inovação em Maringá



Fonte: Adaptação do recorte do mapa do estado do Paraná, somente da região noroeste, onde está localizado o município de Maringá, disponibilizado pelo Sebrae PR (2015)

O ambiente de empreendedorismo inovador no município de Maringá é composto pelo Tecnoparque de Maringá, inaugurado em 2014, com um aporte de 40 milhões para investimentos em laboratórios de pesquisa e desenvolvimento; a Incubadora Tecnológica de Maringá, que atua com o princípio de integração da sociedade, governo e universidades, possuindo algumas empresas incubadas; o Centro de Inovação de Maringá, onde mais de 80% das empresas incubadas são formadas por alunos que provêm dos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento das universidades do município; o Parque Tecnológico Virtual do Paraná – PTVParaná com polo em Maringá, atuando com um conceito de plataforma virtual de gestão, interação e inteligência; e ainda o Hotel Projetos Inovadores, uma iniciativa do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/PR, que incentiva a atuação de novos empreendedores em projetos inovadores.

Maillat (2002, p. 14) afirma que em um território ocorrem interações entre os agentes econômicos, proporcionando um meio inovador “que é a organização territorial, onde nascem os processos de inovação”. Sendo assim, essa fala se encaixa perfeitamente no cenário de inovação encontrado no município de Maringá, onde os agentes que integram a sociedade de alguma forma interagem promovendo um território inovador. O município de Maringá, sendo jovem e planejado, se estruturou de forma a envolver todos os agentes geradores do seu desenvolvimento, promovendo iniciativas para o crescimento da cidade. Pode-se visualizar o histórico dessas iniciativas abaixo:

Tabela 05 – Histórico das iniciativas de desenvolvimento do município

Ano	Iniciativa
1953	Criação da ACIM: no dia 12 de abril, um grupo de empresários se uniu para fundar uma entidade que congregasse os interesses da classe e que auxiliasse no desenvolvimento econômico de Maringá. Com esse objetivo, foi criada a então Associação Comercial de Maringá.
1970	Plano Diretor para a Metrópole do Norte do Paraná: por determinação do Governo do Paraná foi elaborado um Plano para a Metrópole do Norte do Paraná – região conhecida como METRONOR, envolvendo a aglomeração urbana que se desenvolvia no eixo Londrina-Maringá.
1983	Estabelecido conselho: participantes de várias entidades representativas instituíram um conselho voltado à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais. Este era capaz de cooperar com os órgãos competentes e atuar em nome da comunidade como agente fiscalizador, bem como reivindicar junto às autoridades atuantes no setor de segurança pública.
1994	Criado o IDR: o Instituto para o Desenvolvimento Regional foi criado em Maringá como instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos e com objetivo de promover, mediante parcerias, o desenvolvimento regional.
2011	Missão Técnica de Benchmarking a Centros de Inovação na Europa: seminário de Planejamento Estratégico do Instituto Tecnópole Maringá (ITM) – Oficinas para conceituação do Centro de Inovação de Maringá (CIM).
2012	Cessão do Armazém I do IBC para a Incubadora Tecnológica de Maringá: foi formalizada neste ano a cessão para a Incubadora Tecnológica de Maringá, do Armazém I do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), com cerca de 14.500m ² .

- 2012** Reestruturação do Núcleo de Inovação Tecnológico (NIT) da Universidade Estadual de Maringá (UEM): a UEM promoveu a reestruturação do seu Núcleo, centrado na promoção da interação da Universidade com os demais atores da inovação, em especial o governo, o setor empresarial e o mercado.
- 2012** Parque Tecnológico de Maringá – Tecnoparque: iniciou-se a atualização do planejamento, assim como a implantação do Parque Tecnológico de Maringá (Tecnoparque), agora localizado nas proximidades do aeroporto de Maringá e da Cidade Industrial de Maringá. Prevê-se que esse Parque Tecnológico conte com um suporte do Tecpar, Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, Senai, UEM e outras instituições de ensino superior e ensino técnico.
- 2012** Reestruturação Organizacional do ITM: em atendimento a recomendações do Seminário de Planejamento Estratégico do ITM, realizado em 2011, foi aprovado o novo estatuto que ampliou suas funções e alterou sua razão social, que passou a ser Centro de Inovação de Maringá (CIM).

Fonte: Centro de Inovação de Maringá (2015).

As informações apresentadas na Tabela 05 mostram, em uma evolução temporal, algumas iniciativas relevantes para o desenvolvimento de Maringá, que a partir de 2011 dá início a uma série de movimentos para promover a inovação no município.

Chama a atenção o propósito do Núcleo de Inovação Tecnológico da UEM, que atua em conjunto com atores sociais como o governo, o setor empresarial e o mercado, assim como o fato de o município possuir um Centro de Inovação, projetado agregando experiências internacionais.

Outra questão que deve ser levada em consideração na análise dos dados se refere aos agentes representantes da governança e gestão do território, que se apresentam nas cooperativas, associações e sindicatos, são responsáveis também pela geração de capital social e pelo desenvolvimento sustentável do território.

Visando levantar os elementos correspondes à vertente de Governança e Gestão do Território, foi identificado que, tradicionalmente, no estado do Paraná, o sistema de cooperativas é bastante ativo, sendo que em todo o estado são 240 cooperativas. Na região Noroeste do Paraná, onde o município de Maringá está localizado, são 152 cooperativas e no município de Maringá são cerca de 11 cooperativas, as quais predominam as do setor do agronegócio, saúde e crédito.

No que se refere aos Sindicatos, foram encontrados 108 Sindicatos em todo o estado do Paraná, e 16 Sindicatos na região Noroeste. Em Maringá são seis sindicatos dos segmentos de construção civil, metalúrgica, vestuário, indústria gráfica, couro e reparação de veículos.

Em toda a região Noroeste do Paraná, Maringá domina o número de associações de classe. Os segmentos predominantes são o comércio e a indústria. São 34 associações no total.

O desenvolvimento deste território em particular continua a destacar seu potencial, tendo em vista o histórico de mobilização por parte dos atores, que são responsáveis por uma parcela significativa do crescimento territorial.

Com relação ao reconhecimento do território analisado, e identificando os elementos correspondentes à vertente de Infraestrutura, verificou-se ainda que o município iniciou, no ano de 2014, o Projeto do Polo Aeronáutico de Maringá, cujo objetivo é, no prazo de 8 a 10 anos, tornar Maringá o principal polo de desenvolvimento aeronáutico do país. A escolha por Maringá se deu por fatores como a proximidade com São Paulo, a qualidade de mão-de-obra e a oferta de áreas no entorno do aeroporto. Este projeto é de grande importância para o desenvolvimento da região, gerando empregos e investindo em novas tecnologias.

Atendendo ao levantamento dos elementos que correspondem a vertente de Mercado, foi identificado que o município de Maringá possui as atividades de Serviços, Indústria e Comércio como aquelas que movimentam sua economia.

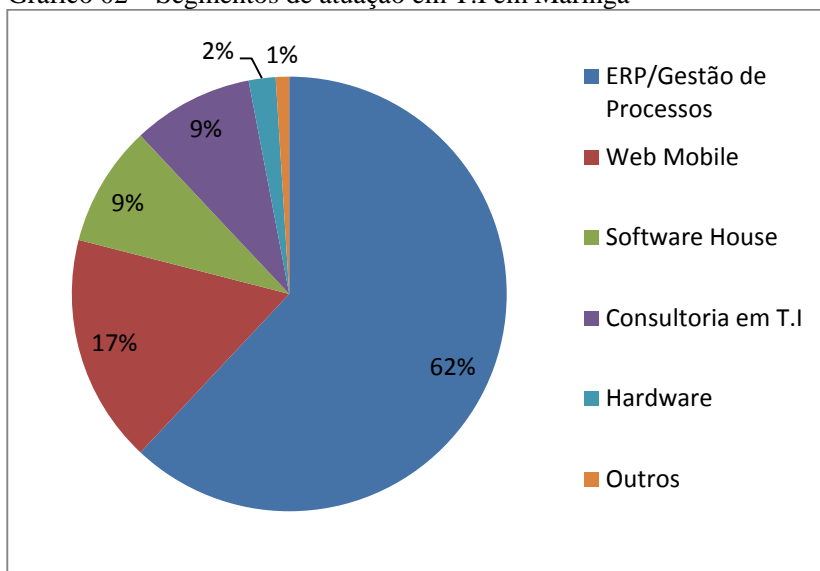
Dentre essas atividades, merece destaque o mercado de T.I – Tecnologia da Informação. Maringá possui aproximadamente 686 empresas que geram 1540 empregos na área de T.I. Além disso, o estado do Paraná conta com APLs – Arranjos Produtivos Locais⁹, que estão localizados em Curitiba, Maringá e Londrina.

O fato do município contar com uma APL é importante porque gera interação entre os agentes locais, promovendo o desenvolvimento de um território. A APL de software de Maringá conta com 76 empresas ativas. No segmento de T.I de Maringá são predominantes as empresas que atuam com as atividades de ERP - *Enterprise Resource Planning* e *Web*

⁹ De acordo com o site do Observatório Brasileiro de APL, mantido pelo IBICT, Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (PORTAL APL, 2015).

Mobile:

Gráfico 02 – Segmentos de atuação em T.I em Maringá



Fonte: Estudo do Sebrae/PR (2014).

Este setor demonstra um importante estímulo para a economia do município com potencialidade de desenvolvimento.

Outro setor de destaque no mercado de atuação da economia do município de Maringá é o da Saúde. Maringá possui serviços médicos especializados e uma boa infraestrutura de atendimento. A instalação de hospitais gerou uma oportunidade de negócio para uma série de empreendedores que se instalaram para a prestação de serviços ligados à área da saúde.

Nas três regiões onde os hospitais estão instalados há uma série de serviços da área de saúde. Isso é um dos indícios do grande potencial do município para esse setor. O setor da saúde possui grande potencial de atuação por sua transversalidade, no sentido de se poder trabalhar com inovação, tecnologia, educação e gestão empreendedora.

No que se refere aos elementos identificados na vertente de Capital e Políticas Públicas, foi possível perceber a existência de programas de incentivo por parte do governo estadual e também a disponibilidade de linhas de financiamento do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que podem contribuir para

alavancar o desenvolvimento das empresas que fazem a economia do município.

4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Porque o município de Maringá se desenvolveu de forma planejada, apresenta uma ideia de organização territorial e de iniciativas delineadas para promoverem o seu progresso. Por outro lado, a urbanização planejada não denota, por si só, necessariamente o desenvolvimento sustentável de um território.

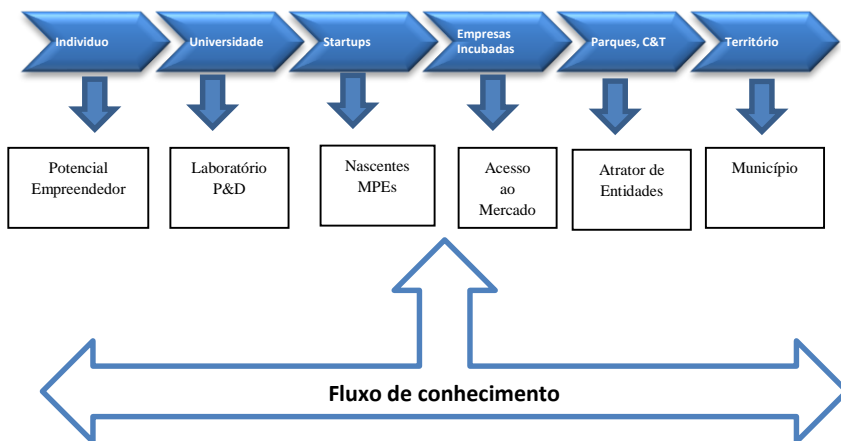
O desenvolvimento regional é algo que acontece, tendo em vista a interação de todos os agentes da sociedade. Entretanto, Terra (2001) realizou um estudo que mostra evidências acerca de o conhecimento ser um fator predominante na competitividade de países e empresas, sendo que investimentos em educação e tecnologia são o ponto chave para o bom desempenho.

Dessa forma, existe um contexto social onde a todo o momento acontecem relações interpessoais, caracterizando uma conexão entre o conhecimento e o capital social, conforme aborda Sousa (2006, p. 15), “a integração do conhecimento com relação ao capital social está baseada na confiança que deve existir entre os atores de uma rede. Essa confiança é dependente do compartilhamento de valores, cultura e expectativas comuns”. Assim, o desenvolvimento local do território analisado está relacionado com o capital social na medida em que “o capital social aumenta a eficiência da ação e encoraja o comportamento cooperativo” (SOUSA, 2006, p. 14).

Do conjunto de dados analisados é preciso salientar as iniciativas empreendedoras inovadoras intensivas em conhecimento, bem como o capital social poder promover o desenvolvimento local da região analisada a partir dessas iniciativas.

Assim, na Figura 08 é possível verificar como os agentes geradores de capital social estão organizados de forma a desenvolver iniciativas de empreendedorismo inovador com base na visão da competitividade sistêmica:

Figura 08 – Empreendedorismo inovador sob a ótica da competitividade sistêmica



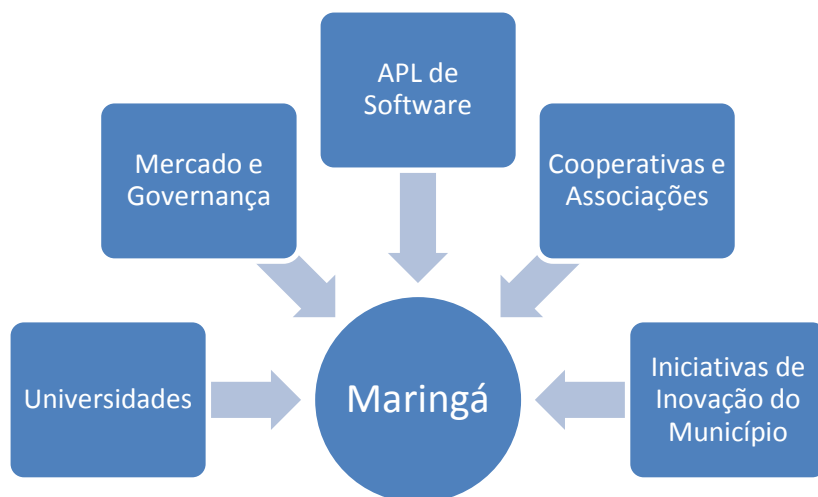
Fonte: Elaborado pela autora (2015).

O fluxo de conhecimento permeia todo o processo, que vai desde o indivíduo até o território. Com base nas vertentes e elementos do empreendedorismo inovador, geradoras do desenvolvimento local sustentável, assim como a formação do capital social e as iniciativas empreendedoras inovadoras intensivas em conhecimento, pode-se verificar o cenário encontrado em Maringá, após análise dos dados.

De acordo com o estudo realizado, o desenvolvimento local sustentável de um território deve partir de “uma articulação entre o local e o global, o indivíduo e o coletivo e as diferentes esferas sociais” (ANDION, 2003, p. 1046), isso é o que pode-se perceber nas figuras anteriores, pois a interação entre os agentes da sociedade deve ocorrer de forma a incentivar a geração de capitação social, e neste caso, a partir de iniciativas empreendedoras intensivas em conhecimento.

Por isso, no Município de Maringá estão relacionados os agentes sociais que convergem para ações em prol do desenvolvimento local:

Figura 09 – Agentes sociais presentes no território analisado



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

O capital social contribui para uma sociedade organizada e estruturada, cooperando com seu desenvolvimento sustentável, porém é necessário que ocorra uma interação entre os agentes sociais. Dessa forma, entende-se que a articulação entre os agentes sociais é a conexão entre o município e as ações que auxiliam no seu desenvolvimento.

De acordo com o levantamento de dados para o estudo desta dissertação, foi possível identificar que o território analisado, o município de Maringá, possui uma série de agentes sociais relevantes para o desenvolvimento do território, assim como também possui ações empreendedoras realizadas por estes agentes.

Entretanto, as iniciativas existentes acontecem de forma isolada, ou seja, existe potencial de atuação na região, e existem ações acontecendo, porém não ocorre uma interação que propicie o compartilhamento de conhecimento existente para promover o desenvolvimento local.

É possível observar essa situação pela falta de articulação entre as universidades e as empresas da região. O município está em ascensão na área de T.I, porém não foi observada uma integração entre as universidades e o mercado de trabalho neste segmento.

O fato de o município possuir uma APL de software é interessante, pois o objetivo de uma APL é atuar essencialmente em rede, contribuindo para a evolução do segmento de atuação a que ela se propõe. Dessa forma, essa seria mais uma oportunidade de aproveitar um grande potencial da região.

Os cursos superiores mais procurados estão relacionados à área da saúde. Embora este seja um segmento promissor na região, é importante que esta se desenvolva na transversalidade, buscando maior promoção e incentivo para os demais segmentos de atuação com potencial na região, como é o caso do mercado de T.I.

As cooperativas, sindicatos e associações de classe, são um ponto forte do município, porém não foram identificadas ações de interação entre essas instituições. Isoladas, estas instituições atuam em prol dos seus interesses, unidas poderiam atuar em prol da região como um todo.

Maringá está, ao longo dos anos, investindo na inovação. Particularmente a partir do ano de 2011, o município vem atuando de maneira a pensar o cenário da inovação, constituindo iniciativas que almejam a promoção da interação entre governo, universidade e o setor empresarial. Com essa atuação o município pode se destacar perante o cenário de inovação nacional, fazendo com que ocorra o fluxo de conhecimento apresentado na figura 08, de maneira que os agentes geradores de capital social possam desenvolver iniciativas de empreendedorismo inovador.

Neste quesito, o município ainda conta com um número significativo de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, sendo que as iniciativas inovadoras intensivas em conhecimento, conforme indicado na figura 08, estão atuando com estes laboratórios e investindo neste recurso de forma estratégica, aumentando seu potencial inovador.

Destaca-se, nesse caso, a presença do parque tecnológico como um importante motor da inovação, pois de acordo com Fiates (2014, p. 73-74) “Parques Tecnológicos são em sua essência ambientes de inovação. E por esta natureza esses ambientes são eficazes na geração de novos produtos e processos, que impulsionam a economia das regiões em que se situam”, sendo que nesses espaços a troca de conhecimentos é constante, contribuindo para as iniciativas empreendedoras inovadoras intensivas em conhecimento.

Percebeu-se que o município de Maringá possui uma economia, quase que em sua totalidade centrada no comércio e no agronegócio. Sua tradição com as atividades de associação de classe, cooperativas e sindicatos chama a atenção, assim como a infraestrutura da cidade.

Embora com uma urbanização recente, mais recente ainda são os esforços envolvidos na atuação com iniciativas em inovação.

Dessa forma, a região está em processo de amadurecimento da inovação. Na verdade esta é uma realidade nacional quando se pensa no fomento a inovação, que é essencial para seu progresso. O que acontece em Maringá é que parece estar se formando uma visão integrada dos mecanismos de inovação da região, especialmente por parte das universidades e setor empresarial. Neste caso, não foi observado a utilização de linhas de financiamento específicas para a inovação em nenhuma das iniciativas levantadas.

Assim, foi possível observar que estas recentes atividades são relevantes para alavancar o desenvolvimento local.

Considera-se, em tempo, que o capital social, relacionado ao desenvolvimento das nações e como contribuição para o desenvolvimento local sustentável, prima pelas relações em rede em uma sociedade organizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUJESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capital social aliado ao conhecimento pode ser utilizado para promover o empreendedorismo e a inovação, bem como o desenvolvimento local. Entretanto, de acordo com a metodologia da competitividade sistêmica, as condições locais são determinantes para o desenvolvimento sustentável de uma região, ou seja, se um país não é competitivo, um estado, uma cidade e suas organizações não são competitivas.

É fato que as condições do ambiente local influenciam, propiciando ou não o empreendedorismo “a partir da percepção de que os atores econômicos não são átomos isolados, mas estão embutidos, enraizados, imersos, imbricados (embedded) nas relações, redes e estruturas sociais [...]” (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 3). Nesse sentido, existe uma aceitação entre os estudiosos da área sobre o empreendedorismo desenvolver-se melhor em ambientes que proporcionem condições para a colaboração, aprendizado e interação.

Dessa forma, é válido considerar também que a estrutura e as relações sociais sejam temas pertinentes ao capital social, uma vez que “[...] as relações interpessoais que constituem a tessitura do capital social são construções culturalmente diferenciadas no espaço e no tempo [...]” (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 23) e influenciam os processos de desenvolvimento local.

Ao longo do estudo realizado para a conclusão desta dissertação de mestrado, foi possível perceber, tanto na literatura analisada quanto no estudo de caso apresentado, que o Estado e o mercado podem ser considerados concepções sociais e, da mesma forma, a sociedade, sendo que cada um possui um papel no sistema de desenvolvimento local.

Essa afirmativa permite abordar a questão do desenvolvimento local, sendo conveniente observar o IDH de Maringá, que em 2013 atingiu um índice de 0.808, considerado “muito alto” pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), revelando o nível de desenvolvimento da região.

No entanto, conforme Albagli e Maciel (2002, p. 24), esse fator isolado não é suficiente, pois é condição necessária ao empreendedorismo e ao desenvolvimento local que haja um entendimento entre cooperação e colaboração entre os atores das redes locais de maneira integrada e sistêmica, já que “processos de cooperação são diversos, conforme o

ambiente cultural e institucional em que ocorrem, não podendo portanto ser codificados em “receitas” passíveis de reprodução em qualquer outra localidade ou região”.

Neste sentido, ao final da dissertação foi possível evidenciar os seguintes pontos:

a) O mapeamento do conhecimento no território analisado - o município de Maringá - consistiu em identificar as atividades intensivas em conhecimento, aquelas geradoras de conhecimento, permitindo aos agentes sociais o compartilhamento, cooperação e colaboração. Dessa forma, o conhecimento existente está presente nas atividades realizadas nos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento das universidades mapeadas nos programas de pesquisa e desenvolvimento, que transformam o conhecimento em inovação a partir do momento em que uma *startup* ou que um produto é lançado no mercado e, também, nas iniciativas empreendedoras inovadoras esquematizadas.

b) A partir do modelo de competitividade sistêmica, foi possível identificar as vertentes e elementos que são geradores do desenvolvimento local sustentável do município de Maringá. Seis vertentes foram identificadas a saber: Vertente de Educação, ciência e tecnologia; Vertente Mecanismos de Inovação; Vertente Capital e Políticas Públicas; Vertente Governança e Gestão do Território; Vertente Infraestrutura e Vertente Mercado. Assim, para cada uma das vertentes, foram levantados os elementos que as compõe, de acordo com a realidade do município de Maringá. Dessa forma, foi possível traçar um cenário da região analisada, permitindo a compreensão de que todas as vertentes são responsáveis para a atuação do empreendedorismo inovador em Maringá e elevação do nível de desenvolvimento local sustentável, embora o estudo também tenha demonstrado que as iniciativas identificadas nas vertentes analisadas não são efetivas quando realizadas de forma isolada.

c) A identificação da formação do capital social no desenvolvimento local, tendo como foco as iniciativas empreendedoras intensivas em conhecimento que foram encontradas em Maringá, se confirma por meio do ambiente empreendedor inovador encontrado no município (conforme resultados apresentados), onde existe uma preocupação em proporcionar a interação entre os agentes sociais: governo, universidade e empresas, de forma que os interesses são administrados para garantir o desenvolvimento da região. Contudo, as iniciativas encontradas são recentes e não é possível afirmar se, a longo prazo, o desenvolvimento de Maringá poderá ser considerado sustentável.

d) A identificação sobre como o capital social pode promover o desenvolvimento local do município de Maringá, a partir das iniciativas

empreendedoras intensivas em conhecimento, ocorreu de forma a ter sido evidenciado neste estudo que os elementos capital social, desenvolvimento local, empreendedorismo inovador e conhecimento se complementam na medida em que existe a interação entre eles, atuando em sociedade. Como já mencionado, o município possui urbanização recente, e suas iniciativas voltadas para o empreendedorismo inovador estão ainda em nível embrionário, uma ótima notícia em se tratando de um município brasileiro. Entretanto, não é possível garantir que as iniciativas terão total sucesso daqui para frente.

e) A análise do conhecimento existente, mapeado no município de Maringá, de maneira a incorporá-lo como capital social para alavancar o desenvolvimento local, aponta que o desenvolvimento local sustentável ocorre a partir de iniciativas, propostas e articulações entre todos os agentes da sociedade, quando o conhecimento passa a ser utilizado como fator de produção. Assim, essa análise permitiu situar o conhecimento como fator de relevância na incorporação como capital social, indicando que o desenvolvimento local está envolvido por relações complexas e que o capital social se desenvolve na dinâmica da relação entre o Estado e a sociedade civil.

Conclui-se, portanto, que cada território possui seus conhecimentos estratégicos e específicos que vão compor sua organização e estruturação enquanto sociedade. A relevância de estudos que envolvem o conhecimento territorial, desenvolvimento local, empreendedorismo inovador e em especial o capital social, fica evidente quando percebem-se estudos como os mencionados nesta dissertação, das instituições internacionais renomadas, OCDE e Banco Mundial, preocupadas em abordar o capital social como elemento significativo para o desenvolvimento das nações.

Por fim, esta pesquisa se propôs a uma reflexão sobre como estruturar o capital social em conhecimento existente em um determinado território para alavancar o desenvolvimento local, sendo que em nenhum momento visou desenvolver uma fórmula para tanto, até mesmo porque a sociedade do conhecimento ou a era da inovação, expressões que vem sendo utilizadas para definir o momento em que vivemos, é dinâmica e cada território possui as suas particularidades que devem ser avaliadas de forma única.

O diagnóstico apresentado neste estudo pode ser de utilidade dos empresários interessados em investimentos no município de Maringá, identificando as potencialidades de atuação na região. Da mesma forma, a iniciativa pública pode se beneficiar dos resultados deste estudo para estruturar uma rede de inteligência colaborativa entre os agentes

geradores de capital social atuantes no município: empresas, universidades e governo.

5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Aliar os conhecimentos científicos teóricos às atividades práticas é uma experiência de fundamental relevância para qualquer pesquisador que visa contribuir com o avanço científico. O fazer científico abre um amplo caminho para aqueles que buscam respostas para novos problemas. Nesse sentido, o tema central dessa dissertação, que envolve o conhecimento, o capital social e o desenvolvimento local, é assunto de pesquisa com diversos focos diferenciados. Por isso, este tema ainda pode ser muito explorado.

Contudo, é importante saber direcionar os esforços diante do que é essencial para o desenvolvimento local. Assim, apresentam-se abaixo duas sugestões para trabalhos futuros, que englobam os temas abordados neste trabalho:

- Recomendam-se, a partir do levantamento do referencial teórico desta dissertação, trabalhos futuros que investiguem de forma mais aprofundada sobre a inteligência territorial e sua conexão com o capital social e com o conhecimento como fator de produção;
- Avalia-se recomendável, ainda, um estudo que aborde o acompanhamento das atividades realizadas pelas iniciativas empreendedoras inovadoras encontradas no município de Maringá, com o objetivo de quantificar sua contribuição para o desenvolvimento local da região.

Compreende-se, por fim, que os eixos teóricos abordados nesta dissertação contribuem como inspiração para a realização de novos trabalhos, tendo em vista o amplo campo de conhecimento que pode ainda ser explorado.

REFERÊNCIAS

ABSTARTUPS - Associação Brasileira de Startups. Disponível em: <<http://www.abstartups.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**. Proposição de Políticas para a promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas. Redes de Sistemas Produtivos Inovativos Locais. UFRJ, 2002.

ALTENBURG, Tilman; HILLEBRAND, Wolfgang; MEYER-STAMER, Jörg. **Building systemic competitiveness concept and case studies from Mexico, Brazil, Paraguay, Korea and Thailand**. Berlim: GDI – German Development Institute, 1998.

ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **RAP**, v. 37, n. 5, p. 1033-54, set./out. 2003.

ANDRADE, Thales de. Inovação e ciências sociais: em busca de novos referenciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 145-156, jun./2005.

ANGELONI, Maria Terezinha. **Gestão do conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresa privada**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **O que é uma incubadora?** Disponível em: <<http://anprotec.org.br/site/pt/incubadoras-e-parques/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

AQUINO, Jakson Alves de. As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. **Humanidades e Ciências Sociais**, v. 2, n. 2, p. 17-29, 2000.

BANCO MUNDIAL. **What is Social Capital**. 2011. Disponível em: <<http://go.worldbank.org/K4LUMW43B0>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, (Texto para discussão, n. 630). Brasília. ISSN 1415-4765. Fevereiro 1999.

BLISKA, Anita Vera. **Capital social em comunidades virtuais de aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2007.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 31, jan. Paris: France, 1980.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARNIEL, Valdir. **As melhores e as piores grandes cidades do Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-melhores-entre-as-100-maiores-cidades-do-brasil#26>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CAVALCANTI, Marcos; GOMES, Elisabeth. Inteligência empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia. **Produção**, v. 10, n. 2, p. 53-64, maio 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v10n2/v10n2a05>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CENTRO DE INOVAÇÃO DE MARINGÁ. **Sobre Nós**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v10n2/v10n2a05>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988.

COSTA, Ivani et al. Capital Social Como instrumento para viabilização do desenvolvimento regional: estudo de caso no Cariri Paraibano. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 2, p. 58-80, São Paulo, maio/ago. 2008.

DAVENPORT, Thomas O. **O capital humano**: o que é e porque as pessoas investem nele. São Paulo: Nobel, 2001.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócio. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócio. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor** (*entrepreneurship*): prática e princípios. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

DRUCKER, P. **The age of discontinuities**. London: Transaction Publications, 1969.

Drucker, P. F. **Postcapitalist Society**. New York: HarperCollins Publishers, 1993.

DRUCKER, Peter. **Fator Humano e Desempenho**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1997a.

DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós-Capitalista**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1997b.

FIATES, José Eduardo Azevedo. **Influência dos ecossistemas de empreendedorismo inovador na indústria de *venture capital***: estratégias de apoio às empresas inovadoras. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2014.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 05-28, abr./jun. 1999.

FISCHER, Tania. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, A. de. **Capital social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília: Instituto de Política, 2001.

FULD, L. **The new competitor intelligence**. New York: Wiley, 1995.

GAMA, R. FERNANDES, R. **Infra-estrutura digital e inteligência dos territórios em Portugal**: a internet, a world wide web e as empresas. Actas do VII Colóquio de Geografia Portuguesa, Trunfos de uma Geografia Activa: desenvolvimento local, ambiente ordenamento e tecnologia (Novembro de 2009).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, Fernando Antonio Prado; FERREIRA, Jane Mendes; RAMOS, Simone Cristina. Configuração Empreendedora ou Configurações Empreendedoras? Indo um pouco além de Mintzberg. In: XXXII Encontro da ANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

GIRARDOT, Jean-Jacques; BRUNAU, Evelyne. **Territorial Intelligence and Innovation for the Socio-Ecological Transition**. 9th International conference of territorial intelligence, ENTI, Nov 2010, Strasbourg, France. INTI-International Network of Territorial Intelligence. Disponível em <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00773128/document>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

GIRADORT, Jean-Jacques. **Intelligence territoriale, développement durable et transition socio-écologique**. Conférence internationale d'intelligence territoriale: intelligence territoriale, transition socio-écologique et résilience des territoires. France, 2013.

GOMES, Elisabeth; BRAGA, Fabiane. **Inteligência Competitiva**: como transformar informação em um negócio lucrativo. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HERING, J. P. What is intelligence analysis? **Competitive Intelligence Magazine**. v. 1, n. 2, jul./ago. p. 13-16, 1997.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411520>>. Acesso em: 20 fev./2015.

INTI – International Network of Territorial Intelligence. **INTI**. Disponível em <<http://inti.hypotheses.org/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

KAHLMEYER–MERTENS, Roberto S. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

KAHANER, L. **Competitive intelligence**: how to gather, analyze, and use information to move your business to the top. Touchstone Book: New York, 1996

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAPOLLI, Édis Mafra et al. (Org.). **Capacidade empreendedora**: teoria e casos práticos. Florianópolis: Pandion, 2009.

LOPES, Boaz Antônio de Vasconcelos. Conhecimento como fator de produção. **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 139-145, jan./jun. 2006.

LUSTOSA, Paulo Henrique. Avaliação da indução de desenvolvimento local sustentável: uma proposta de metodologia. In: LUSTOSA, Paulo Henrique; FISCHER, Tania (Orgs.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da qualidade, 2002. p. 175-193.

MACHADO, Cátia dos Reis. **Análise estratégica baseada em processos de Inteligência Competitiva (IC) e Gestão do Conhecimento (GC)**: proposta de um modelo. 2010. 273 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MAILLAT, Denis. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 4, mar. 2002.

MARCIAL, Eliane. **Perspectivas da IC no Brasil**. In: LAGES, Vinícius. ZITZ, Miriam(Org.). **Inteligência Competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2005.

MELIN, J. M. **A Formação de Capital Social entre os Empresários de Micro e Pequenas Empresas**: a experiência dos núcleos setoriais do “EMPREENDEDER”. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

MEYER-STAMER, Jörg. **Systemic competitiveness and local economic development**. Mesopartner, 2008.

MONTIBELLER F, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

MORGAN, Gareth. Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, New York, v. 25, n. 4, p. 605-622, 1980.

MOTTA, Paulo Roberto; PIMENTA, Roberto; TAVARES, Elaine Maria (Orgs.). **Novas ideias em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NAIR, Praba; PRAKASH, Kamlesh (Eds.) **Knowledge Management: Facilitator's Guide**. APO: Tokyo, 2009.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEÑA, Ana Rosa Guzmán. Propuesta de un Modelo de Inteligencia Territorial. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 8, 2013, Special Issue ALTEC.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**: série atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

PÓVOA, Luciano Martins Costa. Tendências das políticas de inovação da OCDE. **Economia & Tecnologia**, Ano 7, v. 27, out./dez. 2011.

PORTAL APL. Disponível em: <<http://portalapl.ibict.br/index.html>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

PORTER, M. E. **Vantagem Competitiva**: Criando e sustentando um desempenho superior. RJ: Campus, 1990.

PRESCOTT, John E.; MILLER, Stephen H. **Inteligência competitiva na prática**: estudos de casos diretamente do campo de batalha. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PUTNAM, Robert. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, jan. 1995.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RIBEIRO, Ivo Cássio Dias; FERNANDES, Elaine Aparecida; RIBEIRO, Hilton Manoel. A importância do capital social para o desenvolvimento de uma região: um estudo sobre os municípios do consórcio público para desenvolvimento do alto Paraopeba – CODAP no estado de Minas Gerais. **Ruris**, v. 6, n. 1, mar. 2012.

SANTOS, N. **Gestão Estratégica do Conhecimento**. Apostila do Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do conhecimento, UFSC, Florianópolis, 2005.

SANTOS, R. S.; MARINHO, F. S.; MAC-ALLISTER, M. Capital de risco e financiamento ao empreendedorismo inovador. **Revista Desenharia**, Bahia, n. 10, mar. 2009.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Direcionamento Estratégico do Sebrae 2022**. Sebrae, 2014.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná. **Base de dados do Sebrae/PR**. Núcleo de Inteligência do Sebrae PR. Acesso em: 10 dez. 2014.

SCRIVENS, K. SMITH, C. **Four Interpretations of Social Capital**: an agenda for measurement. OCDE, 2013. (OECD Statistics Working Papers)

SERVIN, G. **ABC of Knowledge Management**. NHS National Library for Health, July 2005.

SILVA, Deborah Bernett Leal. **A formação do capital social baseada em organizações intensivas em conhecimento como fator de desenvolvimento local sustentável**: estudo de caso de uma associação de empresas de tecnologia. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVA, Minelle Enéas; SANTOS, Jaqueline Guimarães; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Competitividade sistêmica no arranjo produtivo local de colchões em Campina Grande – PB. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 5, n. 2, p. 91-105, maio/ago. 2011.

SIQUEIRA, Tagore Villarim. Competitividade sistêmica: desafios para o desenvolvimento econômico brasileiro. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 139-144, jun. 2009.

SKROBOT, Luiz Cláudio. **A gestão do conhecimento na pequena empresa**. Brasília: SEBRAE, 2010.

SOUSA, Paulo de Tarso Costa. Capital social e gestão do conhecimento: união responsável socialmente. **Data Grama Zero** – Revista de Ciência da Informação, v. 7, n. 6, p. 1-23, dez. 2006.

SOUZA, D. G., **A formação profissional como estratégia para o desenvolvimento local**: a construção endógena do conhecimento no SENAI/DR-MS. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento local)– Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010. 78 f.

TYSON, Kirk W. M. **Guide to competitive intelligence: gathering, analysing, and using competitive intelligence**. Chicago: Kirk Tyson, 1998.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do Conhecimento**: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

UENO, Alexandre Takeshi. **A concepção de um modelo de empreendedorismo inovador baseado em conhecimento**: um estudo de caso do programa Sinapse da Inovação. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

APÊNDICE A – Escopo para coleta de dados

ESCOPO PARA COLETA DE DADOS			
A T O R E S	V E R T E N T E	ELEMENTO	O QUE PESQUISAR?
Nome:	Mercado	Análise setorial - Cadeias de Valor	Quais são os setores das principais cadeias de Valor da região?
			Quais são os produtos/serviços das principais cadeias de valor da região?
			Quais são as cidades mais representativas (polos) de acordo com as principais cadeias de valor?
			Quais cadeias de valor o SEBRAE já atende e com quais serviços/produtos?
		APLs	Identificar quais são as APLs da região, bem como as cidades polo.
			Quais são os programas do SEBRAE relacionados à essas APLs?
	Capital	Financiamentos e Articulação p/ Novos Investimentos	Editais e linhas de financiamento para: inovação, startups e desenvolvimento empresarial
Nome:	Políticas Públicas	Estratégias de desenvolvimento regional e setorial	Agente: Agente de desenvolvimento e Comitê gestor (selecionar poucos municípios chaves para a região)
			Projetos possíveis e considerados importantes para a implantação? Por que não são executados?
			Projetos propostos pelo comitê nos últimos 5 anos. Quais foram implementados e qual o impacto gerado?

Nome:	Ambiente de Inovação	Laboratórios de P&D	Existem laboratórios de P&D nos municípios pesquisados? Onde estão localizados (universidades, empresas)?
		Parques tecnológicos	Existem parques tecnológicos nos municípios pesquisados? Quais são?
		Incubadoras	Existem incubadoras nos municípios pesquisados? Quais são? Onde estão incubadas (universidades, instituições privadas, parques tecnológicos)?
		Aceleradoras	Existem aceleradoras nos municípios pesquisados? Quais são?
		Co-working	Existem escritórios de Co-working nos municípios pesquisados? Quais são?
		Iniciativas independentes relacionadas ao tema de startups	Existem iniciativas independentes de startup nos municípios pesquisados? Quais são?
Nome:	Governança e Gestão do Território	Entidade Líder	Associações
			Cooperativas
			Sindicatos
		Gestão e Estratégia de Desenvolvimento	Existem planos de desenvolvimento previstos para o território? Quais são? Estão ligados a quais instituições (prefeituras, Sebrae, instituições de ensino)?
Nome:	Educação CT&I	Universidades	IES (municipais, estaduais, particulares)
			Cursos das IES

APÊNDICE B – Relação das universidades e cursos superiores de Maringá (extrato dos dados recebidos do Sebrae/PR)

Município	Nome da Instituição de ensino	Nome do Curso/Etapa Básica	Matrícula	Área
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	ADMINISTRAÇÃO	591	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	GESTÃO COMERCIAL	40	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	66	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	FACULDADE CIDADE VERDE	ADMINISTRAÇÃO	188	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	FACULDADE CIDADE VERDE	GESTÃO COMERCIAL	63	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	FACULDADE CIDADE VERDE	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	11	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	FACULDADE DE TECNOLOGIA AMÉRICA DO SUL	GESTÃO FINANCEIRA	37	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	FACULDADE DE TECNOLOGIA AMÉRICA DO SUL	PROCESSOS GERENCIAIS	79	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ	ADMINISTRAÇÃO	572	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	FACULDADE ALVORADA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE MARINGÁ	ADMINISTRAÇÃO	131	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	FACULDADE MARINGÁ	ADMINISTRAÇÃO	599	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	ADMINISTRAÇÃO	256	Empreendedorismo e Gestão
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	ADMINISTRAÇÃO	668	Empreendedorismo e Gestão

MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	AGRONEGÓCIO	82	Mercado-Agropecuária
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	AGRONOMIA	344	Mercado-Agropecuária
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	MEDICINA VETERINÁRIA	232	Mercado-Agropecuária
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA	3	Mercado-Agropecuária
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	AGRONOMIA	133	Mercado-Agropecuária
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	MEDICINA VETERINÁRIA	70	Mercado-Agropecuária
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	AGRONOMIA	391	Mercado-Agropecuária
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	178	Mercado-Agropecuária
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	ZOOTECNIA	352	Mercado-Agropecuária
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	MODA	298	Mercado-Moda
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	ARQUITETURA E URBANISMO	545	Mercado-Construção Civil
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	DESIGN DE INTERIORES	235	Mercado-Construção Civil
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	ENGENHARIA CIVIL	715	Mercado-Construção Civil
MARINGÁ	FACULDADE DE ENGENHARIA E INOVAÇÃO TÉCNICO PROFISSI	ENGENHARIA CIVIL	88	Mercado-Construção Civil

MARINGÁ	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI MARINGÁ	CONTROLE DE OBRAS	18	Mercado- Construção Civil
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	ARQUITETURA E URBANISMO	90	Mercado- Construção Civil
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	ENGENHARIA CIVIL	159	Mercado- Construção Civil
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	ARQUITETURA E URBANISMO	210	Mercado- Construção Civil
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	ENGENHARIA CIVIL	425	Mercado- Construção Civil
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	ANÁLISE E DESENVOLVIMEN TO DE SISTEMAS	145	Mercado-T.I
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	REDES DE COMPUTADORES	72	Mercado-T.I
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	75	Mercado-T.I
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	SISTEMAS PARA INTERNET	112	Mercado-T.I
MARINGÁ	FACULDADE CIDADE VERDE	ANÁLISE E DESENVOLVIMEN TO DE SISTEMAS	49	Mercado-T.I
MARINGÁ	FACULDADE ALVORADA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE MARINGÁ	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	26	Mercado-T.I
MARINGÁ	FACULDADE ALVORADA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE MARINGÁ	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	66	Mercado-T.I
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	42	Mercado-T.I
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	182	Mercado-T.I
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	INFORMÁTICA	223	Mercado-T.I
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO	BIOMEDICINA	142	Mercado-Saúde

	DE MARINGÁ - CEUMAR			
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	ENFERMAGEM	96	Mercado-Saúde
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	FARMÁCIA	210	Mercado-Saúde
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	FISIOTERAPIA	292	Mercado-Saúde
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	FONOAUDIOLOGI A	56	Mercado-Saúde
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	MEDICINA	104	Mercado-Saúde
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	NUTRIÇÃO	69	Mercado-Saúde
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	ODONTOLOGIA	296	Mercado-Saúde
MARINGÁ	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	PSICOLOGIA	340	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE METROPOLITA NA DE MARINGÁ	PSICOLOGIA	145	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE ALVORADA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE MARINGÁ	ENFERMAGEM	80	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	BIOMEDICINA	161	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	ENFERMAGEM	224	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	FARMÁCIA	275	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	FISIOTERAPIA	219	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	FONOAUDIOLOGIA	58	Mercado-Saúde

MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	MEDICINA	575	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	NUTRIÇÃO	152	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	ODONTOLOGIA	353	Mercado-Saúde
MARINGÁ	FACULDADE INGÁ	PSICOLOGIA	348	Mercado-Saúde
MARINGÁ	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	NUTRIÇÃO	24	Mercado-Saúde
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	BIOMEDICINA	65	Mercado-Saúde
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	BIOQUÍMICA	53	Mercado-Saúde
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	BIOTECNOLOGIA	55	Mercado-Saúde
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	ENFERMAGEM	161	Mercado-Saúde
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	FARMÁCIA	298	Mercado-Saúde
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	MEDICINA	237	Mercado-Saúde
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	ODONTOLOGIA	185	Mercado-Saúde
MARINGÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	PSICOLOGIA	383	Mercado-Saúde